

TRANSĚUROPA

A FESTIVAL OF ARTS, POLITICS AND CULTURE

PORTO

20 ————— 25 Abril
2022

DECOLONIZAR! DESCARBONIZAR! DEMOCRATIZAR!

O jornal oficial do Transeuropa Festival 2022

Locais

Cooperativa Artística Árvore · Universidade do Porto
Fórum Cultural de Ermesinde · Jardim Botânico
Livraria aberta · Fontainhas · Univ. Lusófona do Porto

Índice

- 3**
Descolonizar, Descarbonizar, Democratizar uma Europa transnacional
- 4**
Programa Transeuropa 2022
- 5**
SOBRE A DEMOCRACIA TRANSNACIONAL E PARTICIPATIVA
- 6**
Distopias Young Adult e Ativismo
Tânia Cerqueira
- 7**
Academy of Migrant Organizing
Georg Blokus
- 8**
25 de abril: a descolonização que falta
Álvaro Vasconcelos
- 9**
EUA-xplicar não é suficiente
Volodymyr Artiukh
- 10**
Injustiça de habitação racializada
Enikő Vincze
- ARTE PARA DESCOLONIZAR A EUROPA**
- 11**
Room to Bloom
Marta Cillero, Ségolène Pruvot
- 12**
Into Territory
Natalia Ludmila
- 13**
O Jardim da Naturalização
Masha Wysocka
- 14**
HAIR
Plataforma UMA
- 15**
Henrique e o seu Chapéu
Isabel Brison
- 16**
O Que Resta
Marian Lens, Serena Vittorini
- 17**
“Nesse Ato Eu Sou”: As Quatro Marias e a Liberdade Feminina
Jéssica Moreira
- DESCARBONIZANDO NOSSOS ESPAÇOS**
- 18**
O Clima Como um Património Comum
Paulo Magalhães
- 19**
Criar um espaço público inclusivo através de Corredores Saudáveis
Gonçalo Canto Moniz
- 20**
Declaração Climática de Palermo
Citizens Take Over Europe

Créditos

Só mal tocando as cordas

Da memória

Consegue o coração ressuscitar

Ana Luísa Amaral

Equipa

Tânia Cerqueira, Niccolò Milanese, Ségolène Pruvot, Ophélie Masson, Marta Cillero, Sophia Thoenes, Jéssica Moreira, Georg Blokus, Kasia Wojcik, Anne Atambo

Tradução e revisão

Luisa Mira Corrêa, Mariana Fernandes, Tânia Cerqueira, Jéssica Moreira

Design

Ricardo Barquin Molero

Organizadores

Marta Cillero, Sophia Thoenes

Obrigada aos que tornam e tornaram possível o Transeuropa

— Álvaro Vasconcelos, Fátima Vieira, Marco Gabriel, Joana Cabral, João Figueiredo, Víctor Barros, Inês Granja, Edgar Secca, Marta Terra e a todos os membros das Alternativas Europeias

Impresso em Sevilha, Espanha em abril 2022

Esta publicação reflete apenas os pontos de vista dos autores. A Comissão não pode ser considerada responsável por qualquer uso que possa ser feito das informações nela contidas

transeuropafestival.eu   

Organized by

EUROPEAN
ALTERNATIVES

FORUM  DEMOS

With the support of

Co-funded by the
European Union



Co-funded by the
Creative Europe Programme
of the European Union



In cooperation with



U. PORTO



Equipa do Transeuropa Festival

Num momento marcado pela catástrofe climática, desigualdade, guerra e discriminação contra grupos socialmente minoritários, o Transeuropa Festival abre espaços para reconhecer a agência dos cidadãos, para agir e redefinir o espaço que ocupamos no mundo. Nós, nas Alternativas Europeias, temos trabalhado para abrir estes espaços de intercâmbio e debate durante muitos anos e o Transeuropa tem sido a nossa principal forma de o fazer, de forma transnacional, em toda a Europa, em mais de 30 cidades.

Queríamos trazer o nosso Festival até ao Porto este ano, uma vez que esta cidade torna-se o local ideal para desenvolver conceitos que consideramos chave e repensar um novo espaço físico e conceptual, no qual as relações entre a Europa e o resto do mundo assumem uma forma diferente. Ao convidarmos artistas, ativistas, trabalhadores e cidadãos para o Porto, juntamente com atores locais, cocriámos um programa que se relaciona com a cidade e as suas comunidades; criámos um espaço coletivo para imaginar novas narrativas e decretar uma agência política.

A edição de 2022 do TRANSEUROPA desdobra-se em três temas centrais, que refletem sobre os desafios mais urgentes que enfrentamos atualmente: Decolonizar, Descarbonizar, Democratizar. O nosso tema curatorial centra-se na combinação de conhecimentos científicos e técnicos, mas também em práticas holísticas e artísticas que facilitam a criação de alianças de colaboração neste nosso mundo interligado. Com a curadoria coletiva e tendo em conta uma pluralidade de vozes locais e internacionais, o nosso programa participa ativamente na desconstrução de espaços de opressão e trabalha na construção de espaços de liberdade e imaginação, para construir alternativas viáveis e a longo prazo.

No nosso processo de decolonização dos espaços e contextos em que operamos, há algo de poderoso ao trabalhar dentro das margens e nas periferias: as periferias são locais onde podemos criar coletivos,

relações, colaborações; construir uma consciência transnacional através de espaços que, muitas vezes, são deixados de fora dos discursos mainstream; estabelecer alianças de solidariedade para criar um sistema de apoio, alianças para perturbar as ordens dominantes, inventando novas narrativas. Há algo de radical na criação de espaços seguros de cuidado mútuo e escuta. Espaços onde, devido a energias partilhadas e coletivas, a mudança pode acontecer; espaços onde o cuidado assume um papel revolucionário que pode levar a uma mudança radical.

Quando falamos em descarbonizar o nosso futuro, imaginamos um acordo a longo prazo, em que governos e empresas trabalhem para objetivos ambiciosos em matéria de emissões. Num momento em que o mundo olha para a dependência da Europa dos combustíveis fósseis, gás natural e petróleo, hoje temos todos de planear com visão e avançar para o objetivo comum de construir um futuro mais sustentável. Precisamos pensar mais e mais no futuro e prever a utilização de recursos que são, agora, ignorados. Precisamos de nos reunir à escala governamental e exigir a implementação de novos sistemas ecológicos de construção, que devem encontrar formas imediatas não só de substituir os combustíveis fósseis, mas também criar um mundo onde a tecnologia verde, os combustíveis verdes e viver um estilo de vida ecológico não sejam apenas um sonho caro.

O terceiro pilar desta edição do Festival baseia-se na premissa de que nunca devemos tomar a democracia como um dado adquirido. Os espaços democráticos e cívicos são uma extensão da sociedade civil e quando funcionam livremente servem de plataforma para a vida pública, social e política. Se funcionarem corretamente e sem restrições, podem ser os palcos para a mudança social e política. Dentro deste tema do nosso programa, vamos dar cobertura a atividades, assembleias de solidariedade e ações públicas onde ativistas e a sociedade civil se vão reunir para discutir como já se encontram a organizar para resistir e enfrentar a ascensão de tendências antidemocráticas perigosas, em todo o mundo.

Vamos imaginar, exigir e criar em conjunto. Decolonizemos, descarbonizemos e democratizemos as nossas vidas!

Decolonizar, Descarbonizar, Democratizar uma Europa transnacional

	QUARTA-FEIRA 20	QUINTA-FEIRA 21	SEXTA-FEIRA 22	SÁBADO 23
09:00				
09:30				ASSEMBLEIA CIDADÃ - COMO GARANTIR O IMPERATIVO DA HOSPITALIDADE NA IGUALDADE PARTE II
10:00		OFICINA TRANSNACIONAL DE AZULEJOS SESSÃO 1	ASSEMBLEIA DE ESTUDANTES - ALÉM FRONTEIRAS: O ESTUDANTE INTERNACIONAL NA UE	
10:30				
11:00				
11:30				
12:00				
12:30				
13:00				
13:30				
14:00				
14:30			ASSEMBLEIA CIDADÃ - COMO GARANTIR O IMPERATIVO DA HOSPITALIDADE NA IGUALDADE PARTE I	SHEVEK IYAPO PERFORMANCE / PALESTRA
15:00	ABERTURA DO TRANSEUROPA FESTIVAL DECOLONIZAR! DESCARBONIZAR! DEMOCRATIZAR!			
15:30				
16:00				
16:30		OFICINA DE AZULEJOS SESSÃO 2		
17:00				
17:30				
18:00				
18:30				
19:00	PLATAFORMA UMA - ROOM TO BLOOM VERNISSAGE DA EXPOSIÇÃO			MEET & GREET COM MARIAN LENS CULTURA E ATIVISMO QUEER
19:30				
20:00				
20:30				
21:00		VOZES VERNISSAGE DA EXPOSIÇÃO		
21:30				
22:00	DEBATE DESCOLONIZANDO FRONTEIRAS		CIDADE VERDE UTÓPICA CONVERSA PÚBLICA & PROJEÇÃO DO FILM 'THE GREAT GREEN WALL'	
22:30				
23:00				
23:30				
00:00				
				FEIRA DO LIVRO — LETRAS EM LIBERDADE
	EXPOSIÇÕES — EDUCAÇÃO PELA PEDRA · VER-A-CIDADE PELAS SUAS VOZES ·			
	EXPOSIÇÕES — HAIR · HENRIQUE E O SEU CHAPÉU · ROOM TO BLOOM			
	EXPOSIÇÃO — O QUE RESTA			
	EXPOSIÇÃO — VOZES			

- COOPERATIVA ÁRVORE
- FÓRUM CULTURAL DE ERMESINDE
- ESCARPAS DAS FONTAINHAS
- LIVRARIA ABERTA
- UNIVERSIDADE DO PORTO
- ESPIGA
- UNIVERSIDADE LUSÒFONA
- JARDIM BOTÂNICO
- JARDINS DO PALÁCIO DE CRISTAL

Distopias Young Adult e Ativismo: A Vida Imita a Arte

Tânia Cerqueira

Tânia Cerqueira é a Coordenadora do Transeuropa Festival. É mestre em Estudos Anglo-Americanos pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Atualmente é doutoranda na mesma universidade. A sua tese foca-se na relação entre a tradição gótica e distopias young adult e explora o contributo de personagens femininas adolescentes presentes nas mesmas, para a igualdade de género e o empoderamento da mulher.

Os mundos aterradores apresentados na literatura distópica *young adult* (YA) espelham questões globais urgentes, que preocupam a sociedade. Ao abordar questões tais como a violência extrema, desastres ambientais ou pandemias que reduzem significativamente a população global, as distopias literárias YA refletem sobre o que precisa de mudar no nosso mundo, pedindo-nos, como afirma Sarah Hentges, para imaginar novas alternativas e mundos para os marginalizados e oprimidos.¹

Assim, devemos questionar-nos sobre o que se encontra nestes textos que inspira os jovens leitores a negociar ativamente o mundo político. As distopias YA apresentam pequenos atos de rebelião – podendo estes ser aprender a escrever uma única palavra, quase comer uma mão cheia de bagas, marcar a pele com os símbolos de onde se veio ou mesmo aceitar um par de luvas. Ao terem uma grande carga emocional, estes pequenos atos são o primeiro passo para destruir os sistemas opressivos dominantes nestes livros, inspirando os leitores a envolverem-se em ações sociopolíticas. A literatura YA distópica ensina que por mais pequeno que seja um ato dissidente, este pode fazer a diferença. Através desta lição, os leitores são empoderados: também eles podem praticar pequenas ações que transformam a sociedade. Pode afirmar-se que o ativismo nestes mundos distópicos inspira o ativismo no nosso próprio mundo.²

1. A vida imita a arte. Das Páginas para o Mundo Político

A trilogia de Suzanne Collins, *Os Jogos da Fome* (2008-2010), tem inspirado resistência política e ativismo. Despertados pela luta de Panem, os jovens adotaram os símbolos da revolução do livro e levaram-nos para as ruas. No primeiro livro da série, depois de Katniss se voluntariar para salvar a irmã, os habitantes do Distrito levam os três dedos do meio da mão esquerda aos lábios e apontam-nos na sua direção. É um gesto antigo na comunidade, que significa agradecimento e admiração – adeus a alguém que é amado. Mais tarde na série, o gesto torna-se um símbolo da rebelião. Este pequeno ato rebelde foi transportado para o mundo real,³ tornando-se um símbolo da revolta contra os governos não-democráticos.

Em 2014, após os líderes do golpe de estado terem suspenso a democracia na Tailândia, os manifestantes adotaram esta saudação como forma de desafiar o governo. Vários estudantes foram presos por toda a Tailândia por causa deste gesto, que é agora identificado no país como um símbolo dos protestos pró-democracia liderados pelos estudantes. O governo proibiu a saudação – pelo menos em prática, porque a proibição não impediu os manifestantes de a utilizarem. No ano passado, o mesmo gesto foi utilizado para protestar contra outro golpe militar, mas desta vez em Myanmar. Tal como na Tailândia, o gesto é agora oficialmente proibido no país. No Sudeste Asiático, este gesto tornou-se um símbolo de resistência, de solidariedade para com os movimentos democráticos – um símbolo tão poderoso entre os manifestantes que as autoridades se viram forçadas a agir e a proibir a sua utilização, detendo quem quer que o utilizasse.

Contudo, não é apenas este gesto ficcional que atravessa as fronteiras entre a vida real e a ficção. O icónico discurso de Katniss, depois de um hospital improvisado

ser bombardeado, foi adotado em protestos políticos. Nos protestos de Hong Kong de 2019 contra Pequim e o seu domínio sobre eles, “E se nós ardemos, você arde connosco!” foi uma das principais frases associadas aos protestos. Representava o espírito unificador dos protestos sem líderes, juntando os manifestantes para lutar por um futuro livre do totalitarismo de Pequim.

2. Imaginar um Mundo de Igualdade, Solidariedade e Empatia

A ficção distópica YA tornou-se uma plataforma de conversa pública sobre questões e problemas sociais, tendo o potencial de moldar ativistas adolescentes. Através destes livros, os adolescentes questionam as limitações que lhes são impostas. Pequenos atos rebeldes, na maioria das vezes, fazem-nos compreender que são capazes de manifestar-se contra a opressão e incitam-nos a desenvolver uma agência sociopolítica, empoderando-os. Ao fazer os leitores pensar criticamente e ter consciência das injustiças sociais que os rodeiam, as distopias literárias YA inspiram-nos a agir, a sair à rua e a construir um mundo onde a igualdade, a solidariedade, a empatia e o bem-estar de cada ser humano são o mais importante – o objetivo final do Festival TRANSEUROPA, cuja edição corrente pretende conversar abertamente sobre a desigualdade e a discriminação dos grupos socialmente discriminados e construir lugares de liberdade e de reconhecimento da agência dos cidadãos, e que estes podem agir e redefinir o espaço que ocupamos no mundo.

Podemos chegar a não ver o resultado final e o quanto estas vozes jovens transformarão o mundo, mas isso não para a moção para construir um mundo melhor para todos e não apenas para uns poucos privilegiados. Através de pequenos atos de rebelião, os jovens leitores são inspirados a resistir; a combater um sistema sociopolítico injusto; a construir um mundo em que a sorte esteja sempre com todos.

Através de pequenos atos de rebeldia, os jovens leitores são inspirados a resistir e a combater um sistema sociopolítico injusto

1. Faço parto do grupo daqueles que acreditam que as distopias literárias YA inspiram os jovens leitores a construir mundos melhores, mas ao mesmo tempo ficam aquém do seu objetivo, uma vez que comunidades são marginalizadas: a maioria das sociedades são brancas e heteronormativas.

2. É crucial sublinhar que os textos distópicos YA não forçam ninguém a tornar-se politicamente ativo, mas plantam as sementes do desejo de construir um mundo diferente, inspirando mudança e ativismo no mundo real.

3. Os escoteiros têm um sinal semelhante, mas a saudação de três dedos como ato político é principalmente identificada com a trilogia *Os Jogos da Fome*.

Shevek Iyapo

Palestra Musical da Academy of Migrant Organizing

Georg Blokus

Georg Blokus gere os projetos “Trust Without Borders” e “Workers Without Borders”, bem como a “School of Transnational Activism” das Alternativas Europeias em Berlim. O seu foco é organizar e formar trabalhadores, migrantes e as suas comunidades para construir solidariedade e lutar pelos seus direitos para além das fronteiras.

Desde 2007, nós, nas Alternativas Europeias, agimos na convicção de que é tempo de uma renovação transnacional das nossas visões e instituições políticas, da nossa conceção de cidadania, bem como da organização e ação coletiva. Assim, a nossa *School of Transnational Activism* reúne ativistas progressistas, artistas e académicos para aprenderem a imaginar, a exigir e pôr em prática a democracia, a igualdade e a cultura para além do Estado-nação - aqui e agora.

Por conseguinte, criamos espaços transnacionais de aprendizagem on-line e off-line, onde juntos damos os passos difíceis necessários para construir comunidades e movimentos que estejam à altura dos desafios do nosso tempo. À medida que mais e mais ativistas vão tomando consciência de que a impotência que estamos a sentir também se baseia nas frustrações, nos perigos e na ineficácia que advém da mobilização habitual para protestos ou campanhas nos meios de comunicação social.

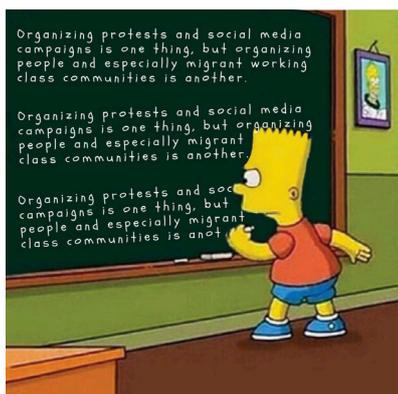


Imagem criada para a *Migrant Organizing Toolbox*

Ao mesmo tempo, há aqueles suspeitos habituais na sociedade

civil e nas ONG que falam e falam sobre a necessidade de tornar a política e o ativismo mais diversos, inclusivos e participativos - sem quaisquer consequências reais para o seu trabalho e para as pessoas com quem fingem envolver-se. Em contraste, a *Academy of Migrant Organizing - Assembling Community Knowledge, Skills & Tools for a Solidary Future* é um programa especial de experimentação de “novas” estratégias e técnicas de organização transformadora centradas nas comunidades da classe trabalhadora, tal como foi e está a ser aplicado com sucesso em muitos sindicatos e movimentos sociais em todo o mundo.

Na sua primeira edição, o programa visava especificamente os organizadores migrantes, refugiados, Negros, Indígenas e pessoas de cor na Alemanha, com o objetivo de iniciar um processo conjunto de reflexão, investigação e educação. A questão principal era: como podemos conduzir o discurso sobre identidade e solidariedade de e com os migrantes para fora do impasse político? Pessoas como AOC e Bernie Sanders, o Movimento Sunrise, Black Lives Matter e os Socialistas Democratas da América nos EUA mostraram que é possível mudar a paisagem política do que pensamos ser possível.

Mas como é que conseguiram? Quando olhamos para além do óbvio dos meios de comunicação social, vemos todos os espantosos esforços dos movimentos e os métodos sofisticados que os organizadores nos EUA e noutras regiões do mundo aprendem com a organização de pioneiros como Marshall Ganz, Becky Bond, Zack Exley, Jane McAlevey ou escolas de movimento como a dos nossos amigos da Comunidade Momentum. Estas são algumas das pessoas com quem podemos aprender como fazer uma verdadeira mudança.

Como a união transformadora e a organização comunitária não estão tão consagradas na Europa como nos EUA, por exemplo,

ficámos espantados com o facto de cerca de 50 ativistas migrantes se terem candidatado à *Academy of Migrant Organizing* para fazerem parte de um grupo de peritos, aprendendo mais sobre como poderíamos utilizar métodos e técnicas de organização migrante para nos unirmos num futuro de solidariedade e, em conjunto, reforçar comunidades de primeira linha que foram marginalizadas e cujas lutas políticas foram ignoradas durante demasiado tempo. Ironicamente, iniciámo-lo no 60.º aniversário do acordo *Gastarbeiter* entre a Alemanha e a Turquia e em paralelo com a experiência frustrante da Conferência sobre o Futuro da Europa, que não dá voz forte às comunidades marginalizadas quando se trata de decidir sobre o futuro da Europa.



Imagem criada para a *Migrant Organizing Toolbox*

De dezembro de 2021 a abril de 2022, os 9 bolsheiros selecionados da *Academy of Migrant Organizing* organizaram um workshop on-line de partilha de competências, uma Assembleia de Solidariedade em Chemnitz, especificamente ligada ao trabalho de iniciativas locais para uma sociedade democrática e diversificada na Saxónia, e uma conferência comunitária em Berlim. Todas as iniciativas criaram espaços para conversas estratégicas com movimentos de justiça climática, sindicatos de trabalhadores, ONGs de busca e salvamento, movimentos de refugiados, grupos antifascistas e comunidades da diáspora. No Porto, dois dos membros da *Academy of Migrant Organizing*,

“
Um programa especial de experimentação de novas estratégias e técnicas de organização transformadora

Berena Yogarajah e Vincent Bababoutilabo, juntamente com Vanessa A. Opoku, irão apresentar uma palestra musical. Shevek Iyapo combina duas perspectivas diferentes sobre a vida em Alemanha (palavra turca para “Alemanha”). Berena Yogarajah alcançou um marco na luta contra o racismo social e institucional com a iniciativa *Tatort Porz* e está particularmente interessada em políticas de identidade, solidariedade e utopias.

A sua perspectiva junta-se à música de uma banda centrada no músico Vincent Bababoutilabo e ao trabalho visual criado por Vanessa A. Opoku. Esta banda traz a música clássica acústica afro-americana dos anos 60 para a era moderna, combinando-a com elementos pop e soukous e a sua própria compreensão política e musical em relação aos desafios sociais e políticos do presente.

Esta apresentação musical dará uma visão artística do processo e das conclusões em que Berena e Vincent têm participado na *Academy of Migrant Organizing*. A 1 de maio de 2022 lançaremos finalmente a nossa nova conta Instagram, o “Migrant Organizing Toolbox”, que consiste em recursos educativos para organizadores migrantes em toda a Europa, refletindo as questões estratégicas e metodológicas mais urgentes sobre como praticar uma organização resiliente, recompensadora e eficaz.

!
Siga a *Migrant Organizing Toolbox* a Instagram:
www.instagram.com/migrantorganizingtoolbox/

!
Saiba mais sobre a *School of Transnational Activism*:
www.transnationalactivism.eu



Shevek Iyapo: Performance-Palestra Musical pode ser vista no Fórum Cultural de Ermesinde, no dia 23 de abril, pelas 14.30h.

25 de Abril: a descolonização que falta

Álvaro Vasconcelos

Álvaro Vasconcelos é investigador do CEIS20 da Universidade de Coimbra e coordenador do Forum Demos. Foi professor convidado do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (2014-2015). Foi Diretor do Instituto de Estudos de Segurança da União Europeia/EUISS (2007-2012) e do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais (IEI) de Lisboa, desde a sua fundação, em 1980, até 2007.

*Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do
tempo*

—
Sophia de Mello Breyner Andresen
'O Nome das Coisas'

Pensar a revolução do 25 de Abril de 1974 à luz dos desafios atuais é um exercício necessário, um imperativo democrático, numa altura em que a guerra contra a democracia também atingiu Portugal e assume, na Ucrânia, a forma brutal da destruição e da morte.

É bom lembrar que a revolução portuguesa marcou o início de uma vaga democrática que se alastrou, de imediato, à Europa do Sul e, depois, nos anos 80 à América Latina e nos anos 90 à Europa de leste.

Em 1974, apenas 30% dos países podiam ser considerados “democráticos”. Em 2016, de acordo com Larry Diamond, politólogo americano, o número duplicara para 60%.

Todavia, e desde o ano 2000, 25 democracias não o são mais, ou encontram-se em dificuldades. À vaga democrática sucede um período de regressão democrática, um período de autocratização, durante o qual partidos nacionais-populistas tentam desconstruir as democracias liberais e que Estados autocráticos, como a Rússia, procuram consolidar o seu poder e impedir qualquer risco de contaminação democrática.

Essa guerra antidemocrática é acompanhada por uma contrarrevolução cultural contra as grandes conquistas da liberdade e da igualdade da revolução cultural dos longos anos 60, que culminaram com o 25 de Abril de 1974. Foi essa revolução cultural que desconstruiu os fundamentos ideológicos do colonialismo, questionou a ordem patriarcal e com ela o culto da força e do sexismo, lutou pelos direitos civis dos afro-americanos, inspiração da luta contra o racismo e a exploração colonial no mundo inteiro. Como escreveu a poetisa Moçambicana Noémia de Sousa, em pleno período de opressão colonial, de Harlem chegavam vozes que gritavam “Oh Let My People Go”.

A singularidade da revolução portuguesa é ter derrubado uma ditadura de 50 anos, que sobrevivera à queda do Fascismo no período da II Guerra Mundial, e posto termo ao último império colonial. Sabíamos então que um povo que oprime outro povo não pode ser livre. Em larga medida ficamos a dever à luta de libertação nacional dos povos das colónias a nossa própria liberdade.

O combate contra a desumanização do outro não terminou com o fim da opressão colonial. Se o 25 de Abril nos trouxe a liberdade com progresso social e o fim da guerra colonial, faliu no trabalho de memória sobre o crime contra a humanidade que foi o colonialismo. Não foi criada nenhuma comissão da verdade sobre os crimes cometidos numa

guerra absurda que matou e fez morrer centenas de milhares de africanos e jovens portugueses, nas trágicas malhas que o império tecia, como escreveu Pessoa. A democracia portuguesa deixou persistir até hoje, assumindo-a mesmo muitas vezes, a retórica da missão civilizadora do império português e continua a idolatrar os chamados descobridores, muitos deles mercadores de escravos. O racismo estrutural existe em Portugal e nele cavalgam os saudosistas do império e do logro salazarista do lusotropicalismo que proclamava que não havia racismo nas colónias e que os portugueses eram um povo pós-racial.

Faltou e ainda falta completar o 25 de Abril; falta desconstruir a ideologia colonial, essencial à descolonização das mentalidades, o que se tornou mais urgente perante a emergência do etno-nacionalismo da extrema-direita e a sua entrada em força no Parlamento da República.

Ao mesmo tempo, a emergência em Portugal de vozes fortes e audíveis de afrodescendentes é uma novidade extremamente positiva e coloca na agenda cultural, social e política a questão do combate ao racismo e à falácia lusotropicalista. Este combate tem o centro na luta das comunidades de afrodescendentes, mas como parte de um mais vasto movimento cívico que prolonga a revolução cultural dos anos 60 pela igualdade e pelos direitos humanos a todos os grupos sociais discriminados, designadamente às comunidades LGBTQ+, às comunidades ciganas, aos emigrantes e aos refugiados.

Pensámos, na euforia dos anos 90, que a democracia, os direitos humanos e a paz eram conquistas inquestionáveis da Humanidade. Hoje, porém, sabemos que não é assim.

A guerra contra a democracia assume hoje formas cada vez mais brutais e sangrentas.

O 25 de Abril nos trouxe a liberdade com progresso social e o fim da guerra colonial

A invasão da Ucrânia pela Rússia lembra-nos que a ameaça às democracias e à liberdade não vem apenas de dentro, vem também de fora.

A indignação contra a criminosa guerra imperial de Putin na Ucrânia é testemunho, em particular nos países com uma trágica história colonial, de uma profunda lição de História. Da trágica experiência colonial, da aprendizagem pela derrota, nasceu em Portugal, como em muitos países europeus, a consciência de que as guerras de conquista não são só ilegítimas, são bárbaras. Foi o que Habermas e Derrida lembraram quando as cidades europeias se encheram, em 2003, de milhões de manifestantes contra a guerra do Iraque.

Há, este ano, algo de novo na forma como se está a lembrar o 25 de Abril de 1974. O combate democrático já não aparece como algo do passado, e muitos consideram que os ideais de Abril estão de novo em risco, sendo nosso dever continuar a dar luta.

Na solidariedade com a Ucrânia, na hospitalidade, sem qualquer tipo de discriminação, com que devemos acolher os refugiados, na luta contra o racismo está a convicção profunda de que a democracia, a liberdade, a igualdade e o direito a uma vida digna e em paz são valores universais – e essa é a mais bela lição daquela madrugada do 25 de Abril de 1974.



Álvaro Vasconcelos falará na abertura do Festival Transeuropa no dia 21 de abril e no Debate “Decolonizando Fronteiras” a 22 de abril. Álvaro Vasconcelos participará ainda na Assembleia Cidadã nos dias 22 e 23 de abril, na Homenagem a Maria Teresa Horta no dia 25 de Abril e contribuirá para a Declaração do Porto para a Paz Transnacional.

EUA-xplicar não é suficiente

Para a esquerda Ocidental, sobre os vossos e os nossos erros



Demonstração antiguerra em Londres, protestando contra a invasão da Ucrânia pela Rússia.

— Crédito da foto: Karollyne Hubert

Volodymyr Artiukh

Volodymyr Artiukh é doutorado em Sociologia e Antropologia Social; membro do quadro editorial no Commons: Jornal de Crítica Social.

Aqui no mundo pós-soviético, aprendemos muito convosco. Com “nós”, refiro-me aos atomizados ou vagamente organizados comunistas, socialistas democráticos, anarquistas de esquerda, académicos feministas e ativistas de Kiev, Lviv, Minsk, Moscovo, São Petersburgo e outros lugares que se encontram a mergulhar nos horrores da guerra e da violência policial. Após a nossa própria tradição Marxista ter sofrido esclerose, degradação e marginalização, lemos comentários sobre *Das Kapital* em inglês. Após a queda da União Soviética, confiamos na vossa análise da hegemonia americana, da viragem neoliberal nas formas de acumulação de capital e no neoimperialismo do Ocidente. Fomos também encorajados pelos movimentos sociais do Ocidente, do alter-mundialismo aos protestos antiguerra, do Occupy (*Wall Street*) ao BLM (*Black Lives Matter*).

Apreciamos a forma como tentaram teorizar o nosso canto do mundo. Salientaram corretamente que os EUA ajudaram a minar as opções democráticas e economicamente progressistas da transformação pós-soviética na Rússia e noutros locais. Têm razão quando afirmam que os EUA e a Europa falharam em criar um ambiente de segurança que incluísse a Rússia e outros países pós-soviéticos. Os nossos países há muito que estão numa posição de terem de se adaptar, de fazer concessões e concordar com condições humilhantes. Fizeram-no com simpatia que roça a romantização, e, por vezes, nós tolerámos isso.

No entanto, enquanto a Rússia bombardeia Kharkiv, vemos os limites do que aprendemos convosco. Esse conhecimento foi produzido sob as condições da hegemonia americana, que atingiu os seus limites nas linhas vermelho-sangue da Rússia. Os EUA perderam a sua capacidade de representar os seus interesses como interesses comuns à Rússia e à China; não podem impor cooperação com poder militar e a sua influência económica está a diminuir. Apesar do que muitos de vocês

afirmam, a Rússia não está a reagir, a adaptar-se, a fazer concessões; recuperou a sua agência e é capaz de moldar o mundo à sua volta. O conjunto de ferramentas da Rússia é diferente do dos EUA – não é hegemónico, pois depende da força bruta e não do “poder suave” e da economia. No entanto, a força bruta é uma ferramenta poderosa, tal como todos sabem pelo comportamento dos EUA na América Latina, no Iraque, no Afeganistão e por todo o globo. A Rússia imitou a infraestrutura coerciva do imperialismo americano sem preservar o seu núcleo hegemónico.

No entanto, este mimetismo não significa dependência. A Rússia tornou-se num agente autónomo, as suas ações são determinadas pela dinâmica das suas próprias políticas internas e as consequências das suas ações são agora contrárias aos interesses ocidentais. A Rússia molda o mundo à sua volta, impõe as suas próprias regras da forma que os EUA têm feito, apesar de por outros meios. A sensação de incredulidade que muitos comentadores sentem – “isto não está a acontecer connosco” – vem do facto de que os guerreiros russos de elite são capazes de impor as suas ilusões, transformá-las em factos no terreno e fazer outros aceitá-las, apesar da sua vontade. Estas ilusões já não são determinadas pelos EUA nem pela Europa; não são uma reação, são uma criação.

Tendo encarado “o impossível de imaginar”, vejo como a esquerda Ocidental tem feito o que faz melhor: analisar o neoimperialismo americano, a expansão da NATO. Já não é suficiente uma vez que não explica o mundo que está a emergir das ruínas de Donbas e da praça principal de Kharkiv. O mundo não é exaustivamente descrito como moldado ou reagindo às ações dos EUA. Ganhou dinâmica própria e os EUA e a Europa encontram-se em modo reativo em diversas áreas. Explicam as causas distantes em vez de notar as tendências emergentes.

Assim, surpreende-me como, ao falar sobre os processos dramáticos no nosso canto do mundo, vocês os reduzem à reação da atividade do vosso próprio governo ou elites empresariais. Aprendemos com vocês tudo sobre os EUA e a NATO, mas este conhecimento já não é assim tão útil. Talvez os EUA tenham traçado os contornos deste jogo de tabuleiro, mas agora outros jogadores movem as peças e acrescentam os seus próprios contornos com um marcador vermelho. As explicações centradas nos EUA estão desatualizadas. Tenho lido tudo o que foi escrito e dito à esquerda sobre o crescente conflito que no último ano escalou entre os EUA, a Rússia e a Ucrânia. A maior parte estava terrivelmente errada, muito pior do que a maioria das explicações dos meios de comunicação tradicionais. O seu poder de previsão era nulo.

Isto não é para acusar a esquerda Ocidental de etnocentrismo, é para chamar à atenção da sua perspetiva limitada. Sobrecarregado com o nevoeiro da guerra e do stress psicológico, não consigo oferecer uma perspetiva melhor. Apenas pediria ajuda para compreender a situação em termos

teóricos, simultaneamente incorporando insights do nosso canto do mundo. As explicações dos EUA não nos ajudam na medida em que se pensa. Precisamos também de um esforço para emergir das ruínas do marxismo Oriental e da colonização pelo marxismo Ocidental. Cometemos erros desta forma e podem acusar-nos de nacionalismo, idealismo, provincialismo. Aprendam com estes erros: agora são também muito mais provincianos e enfrentam tentações de recorrer ao Maniqueísmo simplista.

Enfrentam o desafio de reagir a uma guerra que não é travada pelos vossos países. Dados todos os impasses teóricos que referi acima, não há uma maneira simples de enquadrar uma mensagem de antiguerra. Uma coisa permanece dolorosamente clara: podem ajudar a lidar com as consequências da guerra prestando assistência aos refugiados da Ucrânia, independentemente da cor de pele ou do passaporte que tenham. Podem também pressionar o vosso governo a cancelar a dívida externa da Ucrânia e a fornecer ajuda humanitária.

Não deixem posições políticas malcozinhas substituir uma análise da situação. A injunção de que o principal inimigo está no vosso país não deve traduzir-se numa análise imperfeita da luta inter-imperialista. Esta fase apela ao desmantelamento da NATO ou, pelo contrário, à aceitação de que quem lá estiver não ajudará aqueles que sofrem sob as bombas na Ucrânia, em prisões na Rússia ou Bielorrússia. O *sloganeering* é tão prejudicial como sempre foi. Marcar ucranianos ou russos como fascistas só vos faz parte do problema, não parte da solução. Uma nova realidade autónoma emerge em torno da Rússia, uma realidade de destruição e repressões duras, uma realidade na qual um conflito nuclear já não é impensável. Muitos de nós não notámos as tendências que conduziram a esta realidade. Na névoa da guerra, não vemos claramente os contornos do novo. Nem veem, ou pelo menos assim parece, os governos americano e europeu.

Nesta realidade, nós, a esquerda pós-soviética, temos incomparavelmente menos recursos organizacionais, teóricos e até vitais. Sem vocês, lutaremos pela sobrevivência. Sem nós, vocês estarão mais perto do precipício.

Artigo originalmente publicado na revista online Commons. Republicado como parte de uma colaboração entre plataformas de meios de comunicação social esquerdistas da Europa do Leste no Eastern European Left Media Outlet. Publicado com a permissão da revista Left East (<https://lefteast.org>).



O Festival Transeuropa é solidário com a Ucrânia. O debate “Descolonizando Fronteiras”, no dia 22 de abril, pelas 21.30, no Fórum Cultural de Ermesinde, tem o objetivo de sensibilizar para a luta pela democracia e pela paz. No dia 23 de abril, pelas 18.30, na Universidade do Porto, um grupo de cidadãos transnacionais irá debater e redigir a declaração do Porto Para a Paz Translacional.

Injustiça de habitação racializada

O caso do racismo ambiental contra os Roma da Roménia

Enikő Vincze

Enikő Vincze é professora na Universidade Babeş-Bolyai de Cluj-Napoca, Roménia, e ativista de justiça habitacional, membro do grupo local Căşi social ACUM! Social housing NOW!, que reúne romenos, húngaros e Roma étnicos e intelectuais de projeção em diferentes domínios com vítimas de injustiças habitacionais. Nos últimos 10 anos, tem desenvolvido investigação e publicado sobre a etnização dos Roma e racismo, os processos de compartimentação e a segregação territorial, as políticas habitacionais e os seus resultados e o desenvolvimento urbano racial e desigual. Enikő participa em ações diretas do movimento de habitação local, litígios estratégicos, investigação militante e publicações.

Tanto no meu trabalho académico como no activismo habitacional, estou a abordar as desigualdades habitacionais produzidas pelo desenvolvimento desigual, pela exploração das classes, pela opressão racista e pelo domínio patriarcal. Quando estou a lidar com a crise habitacional na Roménia, o conceito de injustiça racializada permanece sempre no centro da minha abordagem. A injustiça habitacional é o produto de uma economia política que cria classes trabalhadoras, que não têm meios para pagar os custos crescentes das casas no mercado residencial, enquanto transforma a habitação num bem financeiro e fonte de acumulação de capital.

No caso de minorias racializadas, tais como os Roma na Roménia, a injustiça habitacional manifesta-se em formas extremas: os Roma empobrecidos são vítimas de despejos forçados e são empurrados para as margens do gueto das localidades, desempenham empregos informais ou formais mal remunerados e, constrangidos por deslocções espaciais e condições económicas precárias, vivem em casas inadequadas, que muitas vezes são colocadas em ambientes tóxicos. Nestes casos de injustiça habitacional, a racialização da etnia Roma e da pobreza anda de mãos dadas com a estigmatização tanto dos territórios onde vivem os Roma pobres, como do trabalho que realizam. No fim de contas, estes processos justificam a posição criminosa do racismo ambiental, segundo o qual a vida Roma não importa e o ambiente infraestruturalmente subdesenvolvido, ou mesmo tóxico, em que são obrigados a viver é o seu mundo natural, enquadra-se na sua disposição biológica supostamente inferior ou nas suas escolhas culturais.

Em termos gerais, a injustiça habitacional na Roménia é o resultado de políticas habitacionais, que desempenharam um papel importante na transformação do socialismo de Estado e da economia centralizada em capitalismo neoliberal e economia de mercado. Os processos de privatização através do direito de compra e das medidas de retrocesso, paralelos à falta de investimento público na habitação pública ou de outra forma colocados pela prevalência do desenvolvimento da habitação privada, resultaram na comercialização acima da média da habitação e na sua financeirização. O facto de a habitação se ter tornado predominantemente uma mercadoria e um bem financeiro, enquanto

o direito das pessoas à habitação é violado e a sua necessidade social de habitação permanece insatisfeita, está relacionado exatamente com a forma como o desenvolvimento urbano e habitacional serve os interesses do capital e não das pessoas e, definitivamente, não das pessoas de baixos rendimentos. A evolução da economia política da habitação conduz a persistentes crises habitacionais, que incluem fenómenos como o aumento dos preços da habitação e das rendas privadas, o aumento da taxa de famílias sobrecarregadas com os seus custos de habitação e das residências sobrelotadas. Mas as crises habitacionais também criam diversos casos de formas extremas de desapossamento habitacional, como o despejo forçado, os sem-abrigo, o viver em habitações inadequadas e inseguras ou o ser forçado a arranjos habitacionais em ambientes tóxicos fortemente dissociados do resto da localidade.

O bairro de Pata Rât do desenvolvido Cluj-Napoca da Roménia é um exemplo que acumula todas as desposseções e privações relacionadas com habitação pobre e insegura, mas não é um caso singular no país que exhibe todas as grandes desigualdades e desenvolvimentos desiguais criados pelo capitalismo tardio. As áreas residenciais em Pata Rât foram formadas ao longo de cinco décadas (a grande maioria delas, no entanto, nos últimos 20 anos) sob o impacto de várias causas estruturais. As pessoas que trabalhavam na cidade não dispunham de recursos financeiros suficientes para pagar os custos de habitação noutros locais devido à grande discrepância entre os seus baixos rendimentos e os preços da habitação no mercado imobiliário. Tudo isto está a acontecer nas condições em que o Estado romeno e o governo local não lhes oferecem habitações sociais adequadas e acessíveis noutras zonas da cidade. Este caso mostra o amplo espectro de responsabilidade da administração pública local pela formação de áreas residenciais próximas dos aterros de resíduos tóxicos:

- Em relação à colónia mais antiga (Dallas), formada desde os anos 70, cujos inquilinos separam o lixo na rampa para benefício de toda a população de Cluj, as autoridades praticam uma política de indiferença, de tempos a tempos escondida sob o pretexto de uma tolerância passiva;
- Em relação à área de habitação informal criada na Rua Cantonului, a responsabilidade da Câmara Municipal de Cluj é indireta mas ativa, porque a partir da segunda metade dos anos 90 despejou e dirigiu para este território grupos mais pequenos ou maiores de Roma de outras áreas da cidade, aceitando a colocação de casas temporárias por organizações humanitárias ou oferecendo-lhes a alternativa de construir uma casa improvisada por conta própria neste território;
- A responsabilidade da administração pública local para com os habitantes de Pata Rât é a mais direta e ativa para com aqueles que vivem em casas modulares, que a Câmara Municipal construiu em 2010 com dedicação aos Roma perto dos aterros sanitários, portanto numa zona industrial tóxica.

Tudo isto não teria acontecido se o Estado romeno e as autoridades locais tivessem respeitado os tratados internacionais sobre a garantia do direito à habitação adequada para todos, bem como sobre a proibição e a prevenção de despejos. As áreas residenciais formadas não se teriam tornado mais prementes e permanentes se o governo municipal, com um orçamento anual de mais de 400 milhões de euros, tivesse a vontade política de investir na mudança dos residentes de Pata Rât para habitações sociais adequadas na cidade. A existência da zona habitacional de Pata Rât, perto dos aterros sanitários, tornou-se também possível devido ao racismo institucional contra os Roma e as pessoas pobres, um ato que não só inferioriza, desumaniza e estigmatiza as pessoas, como também põe em perigo as suas vidas. A marginalização e a segregação territorial neste caso, e em casos semelhantes, significa vulnerabilidade a doenças que ameaçam a vida e reduzem a esperança de vida dos moradores.

Por conseguinte, entre os princípios que uma política adequada de habitação e ambiente deve respeitar, os seguintes devem necessariamente fazer parte:

- Assegurar o acesso a alojamento adequado para todos num ambiente saudável;
- Assegurar, de facto, habitação social adequada a todos os elegíveis de acordo com a lei da habitação e dando prioridade aos mais pobres com condições de vida precárias, através da construção de um número necessário de habitações sociais públicas e utilização de um sistema de atribuição justo;
- Prevenir despejos através de medidas integradas de habitação e sociais (assistência e prestações sociais);
- Proibir a realocação de Roma e outras pessoas pobres ou sem abrigo perto de plataformas tóxicas (tais como aterros sanitários, estações de tratamento de água e zonas industriais);
- Assegurar que cada projeto de regeneração urbana tenha um programa de habitação, porque tais projetos não só alteram o ambiente construído, mas também a estrutura social da população de áreas em grandes transformações urbanas, pelo que haveria necessidade de proteger as vítimas vulneráveis destas transformações e de lhes proporcionar, conforme o caso, alternativas de habitação adequadas.



Eniko Vincze falará no evento Cidade Verde Utopica – Jardins Locais, Mudanças Globais, no dia 22 de Abril, pelas 21h30, na Universidade do Porto.

roomtobloom

Room to bloom:

Porque precisamos de narrativas ecofeministas, pós-coloniais e decoloniais para que a Europa mude

Marta Cillero and Ségolène Pruvot

Marta Cillero é responsável pelas comunicações nas Alternativas Europeias. É Licenciada em Estudos dos Media, Jornalismo e Comunicação (Madrid, Istambul e Chicago) e tem um mestrado em Estudos de Género (Roma). É autora de relatórios de investigação sobre a violência de género nos países mediterrânicos.

Ségolène Pruvot é Diretora Cultural das Alternativas Europeias. Desenvolveu uma vasta experiência na conceção e implementação de programas culturais participativos transnacionais. Comissariou, geriu e coordenou projetos artísticos em vários países europeus, incluindo o Transeuropa Festival. Ségolène é doutora em Sociologia Urbana.

Há algo de mágico na Room to Bloom: quando se fala com as pessoas sobre o trabalho que nós - a direção e a equipa curatorial da Room to Bloom, os seus consultores e os seus artistas - estamos a fazer com esta plataforma, surge um brilho nos olhos daqueles que estão a ouvir. Há um interesse em conhecer mais, em estar envolvido, em questionar-se sobre a direção que o grupo está a seguir. A Room to Bloom está a ocupar um espaço que ficou vazio e pode muito bem ser que haja algo de revolucionário em reunir 100 artistas feministas de todo o mundo para imaginar, cocriar e narrar esperança e alternativas para o nosso futuro comum.

A Room to Bloom é uma nova plataforma transfeminista e ecofeminista, que reúne artistas emergentes que examinam e criam narrativas ecológicas e pós-coloniais para a Europa e para além desta. A Room to Bloom reconhece que é tempo de contribuir para a ativação das periferias e de navegar contra o patriarcalismo, os diferentes tipos de opressão, a exploração e o racismo, a fim de abrir novos espaços de experimentação e estabelecer as bases para novas formas de ação no mundo da arte.

Estar à altura das promessas do feminismo interseccional nas práticas diárias de arte e na gestão cultural é um objetivo muito ambicioso. Algo que nos pareceu - bastante ingenuamente - óbvio quando iniciámos o projeto, o objetivo final de reunir as reflexões e aprender com o feminismo e o pós/decolonialismo na prática para mudar a gestão cultural e artística, parece - um ano depois - ser não só bastante invulgar, mas também bastante difícil.

Como gestores culturais e curadores, estamos conscientes de que a descolonização de nós próprios e da esfera da produção cultural faz parte do caminho para a descolonização dos espaços que habitamos. A aplicação de uma abordagem feminista pós-colonial e decolonial envolve uma reflexão sobre temas como o privilégio bran-



Sessão da Room to Bloom liderada por Francesca Mariano, em Palermo, com artistas, 2021. — Créditos: Maghweb

co, as estruturas de poder, os papéis de género e a importância de colocar a vida pessoal na esfera política, que são temas-chave a abordar para formar novas propostas sociais e políticas nos dias de hoje. A utilização dos conceitos “pós-colonial” e “decolonial” é deliberada: ao utilizar os dois conceitos reconhecemos o debate em curso e não resolvido sobre a superação do legado colonial. Falar de feminismo pós-colonial significa reconhecer que ainda enfrentamos e sofremos as consequências das colónias e do imperialismo europeu; falar de feminismo decolonial coloca o propósito no trabalho que precisa de ser feito para desconstruir ideias preconcebidas, pressupostos, comportamentos e formas de compreender os nossos papéis neste mundo, argumentando que estes têm várias camadas e são diversos. Não entendemos estes dois conceitos como uma única “teoria” do internacional, antes sim, como um conjunto de orientações para mostrar como pensar o feminismo e o mundo pelo qual lutamos. O nosso entendimento é que não estamos a viver num mundo pós-colonial. Antigas e novas formas de colonialismo ainda estão presentes, subordinando e explorando comunidades diferentes, assumindo formas diferentes e oprimindo grupos minoritários. O domínio colonial não só molda as nossas ideias sobre raça, mas também influencia fortemente a forma como as pessoas pensam sobre classe, cultura, género e sexualidade.

Operar e trabalhar com uma abordagem feminista, significa questionar e repensar a epistemologia, a ontologia, as normas e a ética que herdámos. O exercício de compreender como estamos a ler papéis, corpos e mentes - o nosso e o dos outros - precisa de acontecer nos espaços e instituições que povoamos com as nossas obras e ideias. Neste sentido, as instituições de arte devem lidar e operar com estes conceitos, claramente presentes nas suas ações e visão.

No processo de desconstrução e decolonização dos espaços e contextos em que operamos, há algo de poderoso ao trabalhar dentro das margens e nas periferias: as periferias são locais onde podemos criar coletivos, relações, colaborações; construir uma consciência transnacional através de espaços que, muitas vezes, são deixados de fora da narrativa principal, estabelecer alianças de solidariedade para criar um sistema de apoio, alianças para perturbar as ordens dominantes, inventar e pilotar novas ordens. Há algo de radical em apresentar espaços seguros de cuidado mútuo e de escuta. Espaços onde, graças às energias coletivas que são trocadas, a mudança pode acontecer; espaços onde o cuidado assume um papel revolucionário que pode levar a uma mudança radical.

Com a exposição apresentada no contexto do Transeuropa Festival no Porto, queremos mostrar a perspetiva de artistas para transmitir a necessidade de mudar as regras do poder e favorecer a comunhão dentro das instituições do mundo da arte e cocriar novas práticas, que subvertem o patriarcalismo e o racismo, oferecendo visões desafiantes para a multiplicidade e a coexistência. Juntos, queremos transmitir a mensagem que resiste a um sistema de domínio e exploração e substituí-lo por ações e narrativas de cuidado e afeto, concentrando-nos no recentramento da narrativa para as margens, restaurando a saúde da natureza neste planeta e dando prioridade ao cuidado com “os outros”.

Na sua viagem, a Room to Bloom quer aplicar as verdadeiras lições dos diferentes feminismos, proporcionando uma rede de apoio eficiente aos seus artistas, enquanto desconstrói o olhar ocidental e estando plenamente consciente das muitas complexidades trazidas pela interseccionalidade. Procuramos uma visão de uma Europa que tenha completamente em conta a sua diversidade em termos de raça, etnia, geografia, sexualidade, classe, capacidades e educação. Tornou-se inevitável estabelecer um quadro para compreender as diferentes dinâmicas e domínios de poder e proporcionar novas ferramentas e narrativas para resistir às mesmas e convocar novos caminhos. A Room to Bloom quer continuar a abrir estes espaços para que uma mudança plural, feminista e coletiva aconteça.



A exposição Room to Bloom, com obras de arte de Masha Wysocka e Natalia Ludmila, pode ser vista na Cooperativa Árvore, de 21 - 25 de Abril.

roomtobloom

Into Territory

Natalia Ludmila

Natalia Ludmila nasceu na Cidade do México e cresceu em Toronto, Canadá. No entanto, passou a maior parte da sua vida adulta no estrangeiro e acredita que esta experiência tacitamente permeia o seu trabalho. Talvez, como fio condutor na escolha de assunto ou na necessidade de explorar temas. É uma artista multidisciplinar, cuja prática varia entre pintura, desenho, vídeo e som.

Into Territory é um trabalho que resulta do projeto em curso *WrittenSpoken*. O projeto explora a natureza do texto e como transformá-lo em matéria-prima para a investigação estética. Isto significa pôr em prática outros modos de leitura que ativam os textos e, quiçá, lhes confirmam camadas adicionais de significado.

Em iterações anteriores da série, utilizei textos de meios de comunicação impressos e digitais. A fim de questionar formas de representação e as tendências subjacentes, que influenciam, primeiramente, quem articula a narrativa e, em segundo lugar, como esta é construída, particularmente no que diz respeito a situações de conflito.

Para a edição *Into Territory* do projeto, alterei o processo, desta vez compilando passagens do influente livro *Orientalismo* de Edward Said. No seu livro, o autor rompeu com a forma como examinámos, pensámos e estudámos o colonialismo. Como resultado, preparando o terreno para o que se tornaria um campo de investigação académica e, talvez mais importante, uma mentalidade. Assim, podemos ver uma vasta gama de atividade humana (passada e atual) a partir de múltiplas perspetivas. Consequentemente, destas perspetivas surgiu o pensamento crítico, o reposicionamento do pensamento e a reimaginação do estado do mundo.

Said detalha no livro como os empreendimentos colonialistas criaram estruturas globais e puseram um sistema em movimento. O mesmo sistema favoreceu (ainda favorece) o crescimento económico e o



Foto de Natalia Ludmila

ganho em relação a outros aspetos da atividade humana. Ao estabelecer uma ordem global orientada para esse fim. As repercussões deste sistema mantêm-se e no Sul global ainda não foram superadas. A ordem persiste em exercer poder e influência sobre a dinâmica da relação global Sul-Norte.

Ao decretar uma agenda imperial expansionista foi também formado um discurso. Este discurso explica como os empreendimentos colonialistas eram constantemente analisados, cartografados e redigidos. Na perspetiva de múltiplas disciplinas, sob a forma de tratados, registos, resumos, relatórios, memórias e diários. Por um lado, estes textos tinham invariavelmente um tom explícito ou tácito que descrevia um sentido de domínio ocidental. Por conseguinte, nestes textos reside a construção e as noções que definem o Outro. E, por outro lado, na sua origem, os textos apagaram as histórias humanas das regiões conquistadas, colocando-as num início fictício da história.

Francis Bacon afirmou, no final do século XVI, “o conhecimento é em si mesmo um poder”. Para Said, isto é problemático, uma vez que destaca a ligação entre a escrita da narrativa e a produção de conhecimento.

Said vê nesta posse unilateral da narrativa e do registo da história - o poder de colocar certos tipos de conhecimento como adequados e escolher a sua permanência acima de todos os outros.

Esta ideia de apagamento/continuidade do conhecimento conduziu-me no processo de seleção de excertos do livro. Focando-me em textos que delineavam claramente uma ideologia na sua listagem de superioridade percebida. E usados para as suas descrições do grande e vasto desconhecido encontrado pelas iniciativas colonialistas. Também me interessou o facto de alguns dos textos citados terem tido origem no altamente subjetivo. Por causa de alguns dos seus autores não terem viajado muito e mesmo assim terem sido considerados autoridades sobre o tema. E o que Said refere como o surgimento de um perito, o *Orientalista*.

Vale a pena mencionar que, na base desta elaboração e subsequente acumulação de conhecimentos. Encontram-se os ideais de domínio, posse e expansão que são predominantemente masculinos. E pode ser relacionado com o que Anne McClintock refere como “uma persistente generificação do desconhecido imperial” e exemplificado na descrição do território adquirido como virgem.

“

O projeto explora a natureza do texto e como transformá-lo em matéria-prima para a investigação estética

No livro, Said cita principalmente de memórias, estudos e tratados escritos, na sua maioria, no século XIX. Para *Into Territory* concentrei-me nos textos que são especificamente excertos de citações do autor (no essencial, citando o que o autor citou). A natureza carregada dos textos deu-me um sentido de pungência. Como resultado disso, mantendo um registo de citações enquanto lia o livro - centrado em palavras e frases curtas que poderiam funcionar nos seus meios. À procura de textos que aludissem a uma narrativa, mas que também evocassem a imaginação.

Além disso, neste conjunto de trabalhos, também exploro noções de nacionalismo. E como pode ser visto como uma sucessão do colonialismo. Investigando o conceito de agitar bandeiras e procurando retratá-lo num sentido material e figurativo. As colagens digitais nesta edição do projeto possuem uma fisicalidade perceptível e quase tangível, proeminente no carácter ondulatório dos textos. Isto representa e faz lembrar a ideia do nacionalismo cego de agitar bandeiras.

Por último, o colonialismo e o nacionalismo são revelados tacitamente em camadas, quase como um folheado a descascar. Por vezes, visíveis e presentes, ou não, ainda que permanentemente construídos sobre a atuação de opostos. Ambos surgem de uma visão dicotómica do mundo. E, no seu cerne, agarram-se a uma ideia perpetuada de diferença binária. No entanto, ambos têm um início temático comum, independentemente da diferença de objetivos. Além disso, o colonialismo procurava tolerar as suas iniciativas nesse início partilhado, enquanto o nacionalismo (onde quer que seja e como quer que seja) se esforça para validar ações atroz.



A exposição, com obras de arte de Masha Wysocka e Natalia Ludmila, pode ser vista na Coop. Árvore de 21 a 25 de abril.

Masha Wysocka

Masha Wysocka (b.1984) é uma artista visual que vive entre Barcelona (Espanha) e Bruxelas (Bélgica). Tem um mestrado em fotojornalismo e fotografia documental do London College of Communication (University of the Arts London). Além disso, licenciou-se no Instituto de Ciências Políticas (Sciences Po Strasbourg) e é licenciada em sociologia pela Universidade de Estrasburgo. É uma das beneficiárias da Mead Fellowship atribuída pela Universidade das Artes de Londres (2020) e vencedora de outras bolsas de estudo na Europa. A sua obra faz parte da coleção de arte do Museu da Universidade de Alicante (Espanha).

Jardín de Naturalización (O Jardim da Naturalização) é uma investigação artística sobre a naturalização de imigrantes em Espanha, ou como as ciências naturais podem definir uma identidade nacional.

As pessoas que vêm das antigas colónias espanholas representam um número significativo de cidadãos naturalizados na Espanha. Mas nem sempre são consideradas parte integrante da cultura espanhola, como o tomate ou a batata. As pessoas com um passado de migração são frequentemente retratadas como “plantas invasoras”. Estou a utilizar a fotografia e a investigação para desconstruir estes estereótipos.

Na lei, a naturalização descreve o processo de se tornar um cidadão de outro país. É uma avaliação sobre se um estrangeiro está integrado na sociedade receptora, satisfazendo os requisitos para ser reconhecido como cidadão com os mesmos direitos que os habitantes nativos.

A naturalização é também um conceito utilizado nas ciências naturais, referindo-se ao processo de introdução de espécies exóticas num novo ambiente. Na natureza, a naturalização pode ocorrer acidentalmente, mas é geralmente um processo controlado pelo ser humano, que procura os benefícios da introdução de novas espécies.

A Espanha tem uma longa tradição de aclimação de espécies exóticas com elevado valor comercial. Desde os tempos coloniais até aos nossos dias, o país tem desempenhado um papel essencial no cultivo de fruta e legumes na Europa. A Espanha tornou-se também num dos principais “jardins de naturalização” para os estrangeiros na UE.



Foto de Masha Wysocka

Entre 2010 e 2019, 1.285.656 pessoas adquiriram a cidadania espanhola (de acordo com o Eurostat). Há pouco conhecimento sobre estes “novos” espanhóis. Alguns têm fortes laços históricos com a Espanha (por exemplo, latinoamericanos e marroquinos) e outros não (por exemplo, europeus do leste). Ao contrário da França ou do Reino Unido, a Espanha ainda não lhes ofereceu a oportunidade de desempenharem um papel importante na vida pública. Até há pouco tempo, a Espanha não era considerada um país de imigração. Tem um relato visual escasso de pessoas que se mudaram para o país. Queria abordar esta lacuna através da fotografia, tirando foto-retratos de pessoas cuja relação com Espanha se baseia numa decisão pessoal. Além disso, escrevi textos poéticos que contam histórias interligadas de migração humana e vegetal, colonialismo europeu e ciências naturais. Este projeto interdisciplinar visa também alargar a definição da identidade espanhola, o que tem sido um elemento recorrente na fotografia espanhola. No entanto, a procura de raízes é frequentemente limitada ao folclore, à religião ou à literatura. O projeto é apoiado através de Mead Fellowship Award, concedido pela University of the Arts London.

roomtobloom

O Jardim da Naturalização

EXCERTO DO TRABALHO

1. “Qual o nome dos seus amigos?”
2. Foi a primeira questão do meu teste de cidadania espanhola.
3. Comecei a escrever os nomes dos meus amigos, mas percebi que era uma armadilha. A administração espanhola não queria saber quem eram os meus amigos. Queria saber se os meus amigos eram espanhóis ou não.
4. Há um velho ditado: “Diz-me com quem andas e dir-te-ei quem és”.
5. Os nomes nem sempre podem indicar a origem dos seres humanos ou das plantas.
6. Tomemos o exemplo da Lantana camara. O seu nome vernacular em espanhol é *banderita española* (a bandeira espanhola).
7. Os navegadores holandeses trouxeram a planta da América Latina para a Europa. A planta espalhou-se subsequentemente também pela Ásia. Hoje está na lista das 100 das Piores Espécies Exóticas Invasoras do Mundo.
8. Espécies Exóticas Invasoras é um novo título de filme de ficção científica, não é? Não, é um termo científico utilizado pela CE.

—
uma
investi-
gação
artística
sobre
a naturali-
zação
de imi-
grantes em
Espanha

9. “Como as espécies exóticas invasoras não respeitam fronteiras, a ação coordenada a nível europeu será mais eficaz do que as ações individuais a nível dos Estados-membros”.¹

10. Plantas, animais e seres humanos têm viajado através dos continentes ao longo dos séculos. As plantas foram pioneiras nesse sentido. Conseguiram alcançar territórios e ilhas pouco acessíveis antes dos seres humanos.

11. Naturalmente, as sementes de plantas aproveitaram-se dos animais e dos seres humanos para se espalharem com mais segurança. O comércio e as guerras foram excepcionalmente benéficos para elas.

12. “No início, havia especiarias”.

13. Esta é a frase inicial do livro de Stefan Zweig, *Magalhães: Conquistador dos Mares*.

14. A sua personagem principal não é menos famosa do que o próprio autor – Fernão de Magalhães.

15. Fernão de Magalhães, natural de Portugal, foi naturalizado como súbdito espanhol em 1518. Desde então, tem sido conhecido como Fernando de Magalhães. Mas em Portugal tem sido chamado de “traidor” à sua pátria durante muitos anos.

16. Cravo-da-índia, canela, noz-moscada, pimenta, gengibre e açafraão.

17. À Europa faltavam especiarias. A comida era insípida. Espanha lançou um novo desafio: encontrar a primeira rota ocidental para as Ilhas das Especiarias.

18. A expedição espanhola de 1519-22 ficou conhecida por ter conseguido a primeira circum-navegação do globo na Era dos Descobrimentos.

19. Fernão de Magalhães sobreviveu à viagem. Foi morto durante a Batalha de Mactan, em abril de 1521.

20. *Navigare necesse est, vivere non est necesse.*

1. https://ec.europa.eu/environment/nature/invasivealien/index_en.htm



A exposição pode ser visitada na Cooperativa Árvore, de 21 a 25 de abril.

roomtobloom

HAIR



Foto de Plataforma UMA

Plataforma multidisciplinar e indisciplinada, nascida em 2020, dedicada à pesquisa, criação e programação de projectos que promovem colaborações horizontais e desarrumadas entre artistas e investigadores de diferentes disciplinas, entre pensamento e práticas. A UMA foi co-fundada no Porto por Joana Magalhães, Mafalda Lencastre e Maria Inês Marques.

Uma instalação de vídeo e som da UMA (Joana Magalhães, Mafalda Lencastre, Maria Inês Marques). Com contribuições de Djaimilia Pereira de Almeida, Nabil Iqbal e Arminda Nogueira.

A ausência de cabelo do buraco negro significa que tem uma espécie de esquecimento terrível que é única entre todas as estruturas do universo. Mas há algo aqui que ainda não compreendemos...

Nabil Iqbal

HAIR é uma instalação multimédia sobre a combinação de dois conceitos-chave: resistência e fragilidade. Concebida para a edição de 2022 do Transeuropa Festival, nasceu do diálogo entre o eixo dramaturgico e o curatorial da temporada de abertura da UMA - HOLE 2.0 - e o tema do festival deste ano: Decolonizar, descarbonizar, democratizar!

HAIR aborda a materialidade contraditória do cabelo como uma fibra incrivelmente resistente (por exemplo, um único fio de cabelo pode aguentar até 3 Kg de peso e quando morremos o nosso cabelo continua a crescer, adiando a morte e o tempo) e como uma “coisa” frágil e fantasmagórica, uma vez separada de um corpo vivo. Como um vídeo imersivo e uma experiência sonora, esta instalação propõe o cabelo como um objeto que desencadeia um multiverso de perspectivas filosóficas e discursos políticos, incluindo teorias astrofísicas sobre a (im)possibilidade de buracos negros armazenarem as suas informações no seu chamado “cabelo”; o cabelo como símbolo tanto da repressão colonial como do desejo; o ofício e as regras do mercado de fazer perucas; ou mesmo o cabelo como a personificação da identidade pessoal e da memória. Embora na tradição ocidental, moldada por mitologias gregas e bíblicas, o cabelo seja um símbolo de resistência = virilidade e força (pensem no conto de Sansão), com esta peça queremos avançar uma equação alternativa:

*Resistência =
fragilidade + decrepitude + fantasmagoria*

Através da dupla condição como fibra viva (que cresce, estica e encolhe) e fibra morta (que cai, quebra e eventualmente apodrece), o cabelo parece evocar uma forma de arquivo, que permanece presente através das suas próprias falhas, vestígios e spectralidades.

HAIR é uma experiência de vídeo e de som concebida para a galeria principal da Cooperativa Árvore, no Porto. Dentro de um quadrado que pende no centro da sala, os espectadores são convidados a mergulhar, imediatamente, numa paisagem sonora refratária composta por múltiplas vozes e num

vídeo panorâmico e hipnótico em que o cabelo se encontra em toda a sua frágil resistência e presença espectral.

HAIR materializa a experimentação artística e investigação em curso da UMA. Acreditamos que a transversalidade e a interseccionalidade entre práticas académicas e não académicas, entre expressões artísticas e não artísticas, são a chave para a democratização e descolonização do pensamento crítico. A colaboração horizontal entre pessoas de diferentes nacionalidades, filiações e campos de especialização durante a investigação de um tema específico - neste caso, resistência e fragilidade - é absolutamente vital para o processo artístico e para a elaboração de *HAIR*. Assim, como criadores desta peça, convocámos as diversas vozes do astrofísico britânico Nabil Iqbal, especialista em buracos negros, da escritora portuguesa, Djaimilia Pereira de Almeida, autora do livro semi-autobiográfico *Esse Cabelo*, e da especialista em cabelo do Porto, Arminda Nogueira.



A exposição Hair da Plataforma UMA pode ser vista na Cooperativa Árvore de 21 – 25 de Abril.

Isabel Brison

Isabel Brison estabeleceu-se como artista visual em Lisboa antes de se mudar para Sidney em 2014, onde trabalha agora, principalmente, como web developer. As suas exposições individuais incluem Relatório Incompleto Sobre os Usos do Impossível (2013), na Next Room, Lisboa, e O Futuro da Vida Urbana em Ruínas (2012), na Galeria Carlos Carvalho Arte Contemporânea, Lisboa. Em 2021 criou o projeto online The Adventurous Lives of Lisbon Statues, com o Teatro do Bairro Alto.

Não há nada como uma boa história. Tenho tendência a colecioná-las e, embora nem sempre apareçam no meu trabalho, os temas que mais frequentemente exploro - paisagem, espaço urbano e monumental, ou as nossas tentativas fúteis de controlar a natureza através da geometria e da arquitetura - não teriam metade do interesse, sem a densidade da história por detrás deles. Mas, por vezes, perseguirei deliberadamente uma palavra, uma frase ou uma história e incorporá-las-ei diretamente numa obra de arte.

A peça apresentada neste festival surgiu no seguimento da extensa pesquisa que desenvolvi em torno das esculturas públicas de Lisboa, cuja última materialização é a série online *The Adventurous Lives of Lisbon Statues*. Esta série explora a história de algumas das estátuas que estão, ou estiveram anteriormente, nas ruas de Lisboa, reposicionando-as e refletindo sobre o significado da sua colocação. Na altura do lançamento dos primeiros episódios, surgiu em Portugal uma polémica em torno das palavras de uma deputada que parecia defender a remoção de um importante monumento aos “Descobrimientos” portugueses (as façanhas marítimas e coloniais realizadas durante os séculos XV e XVI). Por coincidência, o primeiro episódio da minha série centrou-se no mesmo monumento e na história e desenho da sua área circundante, a Praça do Império em Belém. Sem surpresa, este foi o episódio que mais atenção mereceu de toda a série, embora não tenha sido o mais audacioso em termos de alterações à paisagem monumental.

roomtobloom

Henrique e o seu Chapéu



Desenho de Isabel Brison

Nunca mais pensei nisso até chegar o convite para participar neste festival. Quando li os temas, regresssei à tal polémica e o quanto evoca a panóplia de sentimentos sobre o papel de Portugal como colonizador de várias partes do mundo, mas também sobre o monumento aos Descobrimientos em si, como um excelente exemplo de como a ditadura de meados do século XX do Estado Novo tentou inspirar sentimentos nacionalistas. E o monumento é sentimental: épico, grandioso e centrado no carácter singular de Henrique “O Navegador”.

O facto de Henrique ter estado supostamente mais envolvido na logística e na investigação que tornou possível as viagens de longa distância por mar do que na própria história duvidosa da colonização, significa que ainda hoje pode ser, de modo mais ou menos seguro, considerado um herói. Isto, por sua vez, significa que não só as estátuas feitas durante a ditadura sobrevivem, como também novas são colocadas de tempos em tempos.

Dei início a novas investigações: quantas estátuas de Henrique “O Navegador” existem hoje em dia em espaços públicos ao ar livre em Portugal e quando foram feitas? Uma recolha metó-

dica revelou 17, das quais 4 são bustos e as restantes representações de corpo inteiro. (Pode haver mais; estas são as que encontrei mencionadas nos registos disponíveis.) A maioria foi criada durante a ditadura. Resolvi catalogá-las como se faria com os espécimes botânicos.

No processo de recolha destes dados, comecei a notar pormenores sobre as próprias representações. D. Henrique é mais frequentemente retratado com um chapéu de aba larga, mas essa moda começou no século XX. As representações anteriores vestem-no como um guerreiro, mas assim que o chapéu aparece, as suas roupas tornam-se parecidas com as de um sacerdote. Olhando mais longe, para o quando e o porquê desta mudança de imagem ter ocorrido, descobri que o culpado era uma ilustração num livro que foi descoberto no século XIX, onde D. Henrique está de facto a usar o chapéu e algum tipo de veste fluida. Desde então, foram levantadas dúvidas sobre se essa imagem é realmente um retrato de D. Henrique “O Navegador” ou de outra pessoa (possivelmente um dos seus irmãos mais velhos), mas não vamos explorar isso agora. O facto é que, devido à quantidade de retratos do

século XX inspirados por essa imagem, D. Henrique é agora quase universalmente reconhecido pelo seu chapéu.

O chapéu em si tem uma história interessante: chama-se *chaperon* e evoluiu do uso indevido deliberado de um tipo de capuz medieval de uma forma semelhante a um chapéu. Os *chaperons* foram populares ao longo da Idade Média e estavam particularmente na moda no Ducado da Borgonha durante o domínio de Filipe “O Bom”, cuja terceira esposa era a irmã de Henrique, Isabel. O seu irmão Pedro, negociou o casamento e pode ter trazido de volta a tendência para a corte portuguesa.

O outro detalhe interessante relativamente às estátuas de D. Henrique é que o próprio *chaperon* é, muitas vezes, incorretamente retratado como um chapéu de abas largas com um pedaço de pano preso. O facto de que o único item que proporciona o reconhecimento imediato de uma imagem de D. Henrique é retratado sem precisão histórica, para além da possibilidade do verdadeiro Henrique nunca ter realmente usado tal chapéu (se o retrato no livro for realmente de outra pessoa), aponta para a arbitrariedade destas representações. Formalmente, podem ser qualquer coisa, desde que todos concordemos que representam D. Henrique.

Este foi o legado da nossa ditadura: ensinou-nos a reconhecer sinais particulares repletos de significado nacionalista, mas os sinais são aleatórios, bidimensionais, desprovidos de significado histórico. Falam-nos mais do presente (do então presente do Estado Novo e do agora presente da nossa herança da sua linguagem visual) do que do passado. Mas é isso que os monumentos fazem: em vez de nos ajudarem a recordar o passado real, dão-nos sinais prontamente carregados de significado estático e histórico. Neste sentido, a história do chapéu de Henrique é a história de qualquer imagem propagandística.



A exposição de Isabel Brison, Henrique e o seu Chapéu, pode ser vista na Cooperativa Árvore, de 21 a 25 de abril.

—
Existe
uma
possibilidade do
verdadeiro
Henrique
nunca ter
realmente
usado tal
chapéu

Marian Lens e Serena Vittorini

Marian Lens é socióloga e ativista lésbica. Tem publicado vários artigos e dado palestras sobre política e literatura lésbica, feminista e LGBTQI+. Em 2001, cofundou a RainbowHouse em Bruxelas, e desde 2013 que faz visitas guiadas na capital da Europa, para desvendar o passado e o presente local e internacional da história das mulheres e das comunidades arco-íris. Fundou e dirigiu a livraria Artemys em Bruxelas.

Serena Vittorini é uma artista visual italiana residente na Bélgica. Após licenciarse em Psicologia, desenvolveu um interesse pelas artes visuais. Licenciou-se com distinção em Fotografia pelo ISFCI e tem um Mestrado em Fotografia Avançada do IED. Nos últimos anos, tem vindo a trabalhar na ligação entre identidade e memória, esmaecendo os limites entre o íntimo e o público, a realidade e a ficção.

O meu objetivo como socióloga e ativista lésbica é manter vivas a história e a herstory da comunidade LGBTQI+ e outras minorias sociais. Organizar *L-Tours* que exploram a capital da Europa torna possível destacar a importância de vidas lésbicas, gay, trans e intersexo, que vivem numa cidade como Bruxelas, e o seu relacionamento com outros grupos sociais marginalizados na Europa e noutras partes do mundo.

Como adolescente nos anos 70, rapidamente me tornei numa ecologista, numa rebelde contra as desigualdades sexistas e mais tarde numa estudante muito ativa na luta contra qualquer tipo de injustiça social e económica. No início dos anos 80, juntei-me ao arquivo lésbico belga recém-criado, *Les Lesbianaires*.

No mesmo ano, numa tese de mestrado pioneira no tópico, propus estudar a construção do sistema binário de género e a sua ligação básica à construção da normativa heterosocial. Desde então, esta análise, de como estes foram intrinsecamente construídos e ainda funcionam na nossa sociedade heterosocial, recebe um eco cada vez maior em gerações recentes. Apesar de ainda encontrarmos hostilidade ao fazê-lo, mais e mais grupos sociais querem aprofundar o tópico.

Pouco depois, uma vez que “vender livros é vender ideias”, fundei e geri a livraria Artemys em Bruxelas. Em 1985, era a primeira associação na Bélgica a ter *status* lésbico explícito. Com 18 anos de existência, tornou-se numa das livrarias feministas com maior longevidade no mundo. Preferindo oferecer livros com uma variedade de

100 títulos diferentes em vez de 100 vezes um único *bestseller*, a livraria internacional e trilingue (inglês, francês e neerlandês) tornou-se rapidamente um “lugar para ir”, para encontrar diversidade e conteúdo interseccional. Em 2001, a Artemys cofundou a *RainbowHouse* em Bruxelas, que desde então tem acolhido e coordenado mais de sessenta diferentes associações LGBTQI+.

Quão importantes foram as mulheres e outros grupos minoritários na construção de Bruxelas e da Europa *queer*/alternativa/moderna? As lésbicas sempre foram a linha da frente do que é atualmente chamado o movimento LGBTQI+. Além dos exemplos mencionados acima, a primeira associação LGBTQI+ na Bélgica, *Centre Culturel de Belgique* (CCB), foi criada por Suzan Daniel em 1953.

No entanto, muito permanece por fazer: as lésbicas continuam frequentemente a não ser incluídas em mapas ou guias oficiais. Continuam a receber bem menos publicidade (positiva). Nunca “desapareceram”. Muito pelo contrário! Continuam a enfrentar um dos piores sistemas, eficazmente discriminatório e opressivo, construído para as tornar invisíveis.

Como podemos criar uma civilização descolonizada, descarbonizada e democratizada? Tornando-nos heróis. Porque

O Que Resta



Crédito da foto: Artemys

cada pessoa, grupo ou instituição pode agir para aumentar a visibilidade dos indivíduos e grupos marginalizados. Só aprendendo a ouvir todas as perspectivas pode a sociedade evoluir e enriquecer a sua estrutura. Os grupos privilegiados dentro das comunidades têm um papel significativo em agir contra as discriminações e opressões.

É por isso que é importante conhecer a nossa história e a *herstory* e passá-la às gerações seguintes. Temos de passar a memória de quão numerosos éramos e ainda somos, prevenir e romper com estereótipos que nos derrubam, fortalecer as nossas diferentes comunidades, garantir uns aos outros conhecimento para lutar contra a discriminação e a opressão e encontrar maneiras e estratégias de mudar a sociedade de uma forma positiva.

Agora, é a altura de sair, fazer parte do movimento, criar os nossos próprios sonhos e realidade e descobrir espaços para viver as nossas vidas como iguais entre outros.

NOTA CURATORIAL POR SERENA VITTORINI

Conheci a Marian Lens ao fazer uma fotorreportagem sobre ela, para destacar a sua vida como ativista lésbica na Bélgica. O que me impressionou imediatamente foi o vasto arquivo que ela criou

e acumulou ao longo dos anos. A minha reportagem focou-se neste arquivo extenso – um foco específico que já usara em projetos anteriores.

Este arquivo é uma recolha significativa de conhecimento e memória, uma vez que coleta, grava, preserva e transmite objetos históricos e documentos para o presente e para o futuro. Esta coleção do passado, estrutura a memória histórica e previne a perda de material valioso que deve ser transmitido às gerações futuras.

Além disso, exposições artísticas baseadas em arquivos permitem uma reinterpretação do passado com vários níveis de interpretação, questões sobre realidade e ficção, um contributo para revigorar a ligação entre a memória individual e a coletiva. São assim cruciais para entender a identidade de um indivíduo na sociedade. Nos anos mais recentes, no contexto da prática artística, os arquivos tornaram-se uma plataforma frutífera para estimular a produção de arte contemporânea e pesquisa teórica. Arquivos estão a ser descobertos e digitalizados a um ritmo mais rápido do que nunca.

Novas maneiras de apresentar as interações do arquivo estão a ser desenvolvidas constantemente, permitindo o entendimento de multimédia importante e instalações de arte multidisciplinares. Além disso, quantos mais artistas e investigadores trabalharem neste campo, mais entenderemos que há uma enorme quantidade de objetos e imagens já produzidas à espera de serem redescobertas e reinterpretadas. É por isso que decidimos criar esta instalação na Livraria Aberta do Porto, composta por uma seleção de documentos históricos que a Marian Lens guardou durante a sua vida como ativista lésbica e os seus pensamentos em formato escrito.

Iremos formalizar este material no espaço da livraria através de um mapa mental que associará os documentos históricos com a experiência do indivíduo, criando um paralelismo importante, que visa examinar as conexões entre a memória coletiva e a individual.



A exposição pode ser vista na Livraria aberta de 21 a 25 de Abril. Marian Lens e Serena Vittorini irão participar num Meet & Greet na Livraria aberta, no dia 22 de abril, pelas 19h.

Quão importantes foram as mulheres e outros grupos minoritários na construção de Bruxelas e da Europa *queer*/alternativa?

Jéssica Moreira

Jéssica Moreira é Gestora de Projeto e Investigadora principal no projeto CD-IEEI na Universidade Lusófona do Porto e Coordenadora de Projeto nas Alternativas Europeias, com base no Porto.

As *Novas Cartas Portuguesas*, publicadas em 1972 por Maria Isabel Barreno, Maria Teresa Horta e Maria Velho da Costa – mais conhecidas como “As Três Marias” – e banidas automaticamente pela censura da ditadura portuguesa, tornaram-se um marco indispensável do feminismo contemporâneo. O livro foi imediatamente traduzido na Europa e nos Estados Unidos e é uma das obras portuguesas mais traduzidas.

A perseguição de que foram vítimas as Três Marias levantou uma onda de indignação e de solidariedade por todo o mundo, imitando a sororidade que serve ela própria como pano de fundo para o livro. Desse livro pioneiro na história – das mulheres e dos homens, do feminismo e do patriarcado – inaugura-se um “novo tempo na corrente literária do neofeminismo contemporâneo”.

Maria Lourdes Pintassilgo, engenheira químico-industrial e a primeira e única mulher a exercer o cargo de Primeira-Ministra em Portugal, escreve o Prefácio e o Pré-Prefácio da edição de 1980. Com isto, Maria Lourdes de Pintasilgo, para muitos a quarta Maria, torna-se ela própria um marco do feminismo português.

O que se segue são excertos do Pré-Prefácio e do Prefácio.

[PRÉ-PREFÁCIO]

“É tal a rotura introduzida pelas *Novas Cartas Portuguesas* que a sua primeira abordagem só pode ser feita à luz do que elas não são. Não são uma colectânea de cartas, embora se reconheça nelas o estilo tradicionalmente cultivado pelas mulheres em literatura. Não são um conjunto de poemas esparsos, embora em poesia se converta toda a realidade retratada. Não são tão-pouco um romance, embora a história vivida (ou imaginada) de Mariana Alcoforado lhes seja a trama principal.”

“[São] uma forma nova de dizer a pessoa humana e o seu modo de estar no mundo, um ensaio que não se quer filológico, mas que toca as raízes do ser, um contributo inédito para a antropologia social.”

“Daí que as *Novas Cartas Portuguesas* se caracterizem antes de mais pelo excesso. (...)

Nesse Ato Eu Sou The Four Marias and Women's Freedom

Nesse excesso (...) reside, afinal, a grande ambiguidade que fez com que as fronteiras entre o erotismo e a pornografia fossem consideradas ultrapassadas. Na lógica da própria obra, enquanto denúncia da opressão sexista, seria decerto de esperar que a relação homem/mulher, (...) fosse desdobrada, dissecada, em variados modos e momentos. Mas o que acontece é mais do que isso. Acontece o excesso como qualificativo de tudo, mesmo do que na relação homem/mulher é tido como quotidiano. Acontece o excesso na forma de tudo dizer tão proximamente que fica a impressão de ouvir a cada passo: ‘nesse acto eu sou.’

“A alienação do corpo é a zona utilizada preferencialmente, embora não exclusivamente, pelas autoras para dizer, a um tempo, a opressão e a revolta, a sujeição e a autonomia das mulheres.

“O corpo, como lugar preferencial da denúncia da opressão das mulheres, excede-se naquilo que representa. Funciona como metáfora de todas as formas de opressão escondidas e ainda não vencidas.”

[PREFÁCIO]

“Pela primeira vez na história do movimento feminista e da sua expressão literária a cumplicidade entre as mulheres foi ao mesmo tempo sujeito e objecto de toda a trama de um livro. Aí reside a sua espantosa originalidade.”

“Até 1971. Até às 3 Marias. Até que 3 mulheres portuguesas, escritoras, se põem a fazer um livro. A partir de então começa a escrita-cúmplice, inicia-se o processo (...) de mulheres formando ‘colectivos’ que organizam reuniões de trabalho, escrevem livros, publicam revistas.”

“A mulher que se diz no singular refere-se a um destino que é sempre plural. E nesse plural se vem a reconhecer cada história singular. Teia que se tece e se desfaz para de novo se tecer.”

“[A]s *Novas Cartas Portuguesas* aparece[m] figurando umas das teses fundamentais do feminismo contemporâneo: a ‘sororidade’ das mulheres como nova formação social, a energia da sua solidariedade como força colectiva.”

“A ficção não é aqui senão o artifício a dizer bocados de vidas por demais trágicas, a atenuar o grito que se eleva dessa roda das meninas que todas foram e que hoje formam para além do tempo. (Grito que rasga a calma dos dias certos e das vidas tranquilas – por ignorantes? Por cobardes?)”

“A dialéctica entre ‘o pulsar subterrâneo’ e ‘a acção’ exprime o constante vaivém entre a expressão do inconsciente e o diagnóstico social. Aí se encontra, pela primeira vez expresso, aquilo que o neofeminismo veio a tornar decisivo durante a década de 70: a relação entre o processo analítico e a prática política na luta das mulheres pela sua identidade.”

“[A] clausura são as grades do cenário da vida de cada mulher, ora presentes na sua espessa realidade, ora apenas pressentidas na sombra que projectam em cada vida e nos seus movimentos”.

“Essa clausura desdobra-se em múltiplos planos. Ela é, antes de mais, um destino que marca a mulher desde o início, ‘determinada que está desde nascer, a ter a sua vida à espera’.

Mas determinada a quê? A isto só: a ser, nas sociedades patriarcais, propriedade (nem sequer legítima!) do homem. É na sequência de toda a literatura patriarcal que as *Novas Cartas Portuguesas* podem dizer:

‘Mulher: abastança de homem, sua semelhança, sua terra, seu latifúndio herdado.’

“Para além da lei, mesmo quando não é acusatória ou não encontra falta, há o apelo às forças mágicas. Ligada, desde tempos imemoriais, no inconsciente social, à natureza (...) a mulher é parte integrante dos últimos redutos que o homem

“

A perseguição de que foram vítimas as Três Marias levantou uma onda de indignação e de solidariedade por todo o mundo

ainda não (jamais?) assimilou a si. E aí se justificam as histórias de bruxas contadas na sua brutalidade: ódios viscerais que não encontram satisfação senão no fogo que destrói a inimiga; raiva surda e despeitada contra capacidades humanas incompreensíveis aos homens, diminuídos, afinal, na sua humanidade por essa idêntica sanha”.

“À proclamação da revolta sucede-se o grande grito de libertação. É a natureza mesma do amor que as mulheres põem em causa.”

“Também aqui as *Novas Cartas Portuguesas* são pioneiras. Inscrevem-se na grande corrente – hoje imensa – da literatura feminista em que a relação da mulher à escrita é um dos grandes temas explícitos ou implícitos. A tal ponto que pela literatura feminista dá a mulher ao mundo uma fisionomia nova, como se de um acto de amor convencional se tratasse e dela(s) nascessem mil formas diferentes de viver as relações, de estruturar as sociedades, de pensar e agir a técnica e a política, de buscar a beleza e a bondade das coisas e de as repetir copiosamente, generosamente, rigorosamente.”

“E tal como acontece com as *Novas Cartas Portuguesas*, toda essa escrita vai dando corpo à afirmação fundamental: a mulher tem uma identidade própria (...), traça na história a sua fundamental diferença.”

“Existe por si própria. Conhece-se. Ou procura-se. Ou descobre-se (...). Pode dizer o seu mundo interior e dizer o mundo, sem mais. Pode viver a intimidade do não-dito e a exterioridade dos actos. Pode fazer poesia e fazer política.”

“Se tal força conseguir trazer a todas as esferas da vida social novas qualidades humanas, ter-se-á reduzido a diferença que gera a opressão para deixar alargar a diferença que é afirmação da identidade. Ter-se-á trabalhado a terra para que dela brote a única revolução necessária: a das consciências oprimidas que se sabem também opressoras e que de uma e de outra sujeição se querem libertar.”



A representação “O direito de Maria a ser igual a Manuel” terá lugar na Reitoria da Universidade do Porto no dia 25 de Abril às 15:30 h.

Paulo Magalhães

É jurista e investigador no CIJE- Universidade do Porto. É licenciado em Direito, Mestre em Direito do Ambiente e Doutoramento em Ecologia Humana. Em 2007, publicou *The Earth Condominium: From Climate Change to a New Juridic Conception of the Planet*. Em 2016, é coeditor do "SOS Treaty – The Safe Operating Space Treaty: A New Approach to Managing Our Use of the Earth System." É fundador e presidente da Casa Comum da Humanidade, Conselheiro do CNADS – Conselho Nacional para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e do Conselho para o Futuro Humano.

Pode um problema estrutural ser resolvido sem se intervir na estrutura?

A janela de oportunidade para evitar alterações climáticas perigosas está a fechar-se rapidamente. Uma emergência climática está a ser declarada, os estudantes estão em greve e os cientistas estão a avisar que um ponto de viragem planetário pode estar mesmo à nossa frente. A biodiversidade está a perder-se a um ritmo acelerado, com mais de um milhão de espécies em risco de extinção neste século.

Como é possível que a humanidade possa, consciente e voluntariamente, minar o seu próprio sistema de suporte de vida? Como podemos continuar a avançar para um futuro desastroso, mesmo quando os avisos são claros e as evidências estão a aumentar? Isto exige que enfrentemos crenças legais e económicas antigas que nos prendem num ciclo vicioso.

A Terra funciona como um único sistema integrado a nível planetário, para além de uma mera coleção de ecossistemas ou processos globais isolados. Este "software natural" é global e indivisível, e - embora intangível como um todo - existe no mundo real. Um clima estável é uma manifestação de um Sistema Terra que funciona bem. Representa o nosso comum global mais relevante, existente tanto dentro como fora de todas as soberanias políticas. Porque não podemos aplicar as condições estruturais já conhecidas para uma gestão bem sucedida dos bens comuns ao nosso comum global mais vital - Um Sistema Terra que funciona bem que corresponde a um Clima Estável?

O bom funcionamento do Sistema Terra foi o resultado do trabalho bioquímico produzido pela vida e constitui a base de toda a criação de riqueza das nossas sociedades. Porque é que este software de trabalho

O Clima Como um Património Comum

Construir um Bem Comum sem Fronteiras

intangível vital produzido pela biosfera ainda é invisível às nossas economias?

É possível restaurar um Clima Estável sem o seu reconhecimento legal como um verdadeiro Património Comum Global?

A interconectividade global do Sistema Terra, o nosso próprio sistema de suporte de vida, é uma realidade inquestionável que temos de reconhecer, respeitar e preservar. Contudo, a atual ordem jurídica internacional está longe de estar equipada para lidar com a mesma de forma devida. Abordar estes problemas a nível global de uma forma isolada, fragmentada e totalmente inadequada - como temos feito até hoje - implica que continuaremos a ignorar os feedbacks e os efeitos dominó que ocorrem dentro do Sistema Terra.

As emergências da biosfera e climáticas são os resultados lógicos da utilização não regulamentada do Sistema Terra, uma "tragédia dos comuns" à escala global. Isto é tipicamente o resultado de um bem comum mal gerido, frequentemente com incertezas sobre a quem pertence e/ou à falta de uma definição legal adequada do próprio bem.

Para o direito internacional, o planeta é apenas um território de 510 milhões de km², dividido entre Estados, onde os bens comuns globais são os restos territoriais. No entanto, o que distingue este planeta de todos os outros, tanto quanto sabemos, é a existência notável de um sistema auto-regulado e interdependente capaz de suportar vida. Porque até há pouco tempo a ciência não era capaz de o definir, e não

se restringe apenas ao comum global tradicional, mas abrange áreas sujeitas à jurisdição nacional, este sistema ainda não existe no corpo do direito internacional. Trata-se de uma "terra de ninguém" intangível, operando num cenário de "tudo por tudo", onde não existem restrições impostas à utilização de recursos, nem compensações para aqueles que asseguram a sua manutenção.

É agora possível definir qualitativamente os processos-chave que sustentam o funcionamento do Sistema Terra - os limites planetários - e medir quantitativamente a estrutura biogeofísica favorável correspondente a um Sistema Terra que funciona bem. Este é o espaço operacional seguro para a humanidade.

Assim, é agora possível identificar o estado favorável funcional que deve estar sujeito a um regime legal, capaz de organizar a sua utilização sustentável e justa. Partindo desta descrição objetiva, é também possível conceder um estatuto jurídico específico a este estado de bom funcionamento. Por outras palavras, é possível separar legalmente o Sistema Terra e os seus ciclos biogeofísicos à escala global e fluxos energéticos, do planeta físico e do espaço de soberanias territoriais.

De um ponto de vista jurídico, portanto, já cumprimos os requisitos técnicos necessários que poderiam apoiar a qualificação do estado favorável do Sistema Terra como um objeto intangível de direito internacional que, por ser global e indivisível, deveria pertencer a toda a humanidade - o Património Comum intangível da Humanidade.

Até agora, a inexistência legal do Sistema Terra num

“

Uma ação coletiva eficaz só pode acontecer se também construirmos as condições estruturais a partir das quais pode emergir e progredir

Estado funcional - resultou num modelo económico global em que os processos biogeofísicos planetários são "invisíveis e externos" aos processos económicos - apesar de serem fatores vitais para a humanidade e mesmo para uma economia funcional.

Ao incorporar conceitos da ciência moderna no direito internacional, é possível construir um sistema contabilístico onde não só os impactos negativos que contribuíram para a depreciação deste património comum podem ser contabilizados, mas também os impactos positivos (tanto dos ecossistemas como da ação humana), que contribuem para a sua manutenção, devem ser incluídos. A visibilidade económica dos impactos positivos no Sistema Terra poderia ser a oportunidade para quebrar o ciclo vicioso de destruição causado pela ideologia paradoxal de perseguir um crescimento infinito num planeta limitado e fomentar a evolução do quadro legal para a construção de uma economia regenerativa sustentável capaz de produzir e renovar os serviços naturais essenciais prestados pelo Sistema Terra. Em torno deste novo património comum sem fronteiras, novas abordagens à cooperação e ao multilateralismo podem também ser fundamentadas e desenvolvidas.

Como participar?

Uma ação coletiva eficaz não decorre apenas de recursos de emergência. Só pode acontecer se também construirmos as condições estruturais a partir das quais pode emergir e progredir. À beira de uma emergência global, o nosso desafio dantesco é construir estas condições. Temos nas nossas mãos o conhecimento necessário sobre o Sistema Terra, sobre direito, sobre economia e a gestão dos bens comuns para mudar o caminho. Como contributo para a construção desta estrutura, propomos um caminho de quatro etapas para alcançar a necessária mudança de paradigma, numa Declaração de uma única página para Estocolmo+50:

Declaração para Estocolmo+50

Assine aqui a Declaração: www.stockholmdeclaration.org

Junte-se a nós para construir um futuro habitável!



Paulo Magalhães irá moderar o evento Cidade Verde Utopica – Jardins Locais, Mudanças Globais, no dia 22 de abril, pelas 21.30, na Universidade do Porto.

Gonçalo Canto Moniz

Gonçalo Canto Moniz coordena o projecto europeu URBiNAT “Healthy corridor as drivers of social housing neighbourhoods for the co-creation of social, environmental and marketable NBS”, com 28 parceiros internacionais e 7 cidades, financiado pela H2020. A investigação desenvolvida nos últimos anos combina a regeneração urbana inclusiva com os estudos sobre arquitetura moderna, nomeadamente sobre habitação, edifícios escolares e ensino da arquitetura. É investigador principal no Centro de Estudos Sociais e professor associado do Departamento de Arquitetura da Universidade de Coimbra, onde obteve o grau de Doutor em 2011, com a tese “O Ensino Moderno da Arquitetura”. A Formação do Arquitecto nas Escolas de Belas Artes em Portugal (1931-69)” (publicado pela FIMS, Afrontamento, 2019).

Atualmente, as cidades enfrentam diversos desafios urbanos, que têm impactos sociais e ambientais devido ao rápido processo de urbanização que expandiu o centro e criou os subúrbios no século XX. Fora do centro histórico das cidades, o espaço público assumiu diversas formas e perdeu a capacidade de ser usado e apropriado pelos cidadãos. O foco na mobilidade e nas iniciativas imobiliárias limitaram o investimento em espaços públicos e verdes perto dos cidadãos e em bairros residenciais com os quais se podem abordar as desigualdades sociais.

Hoje, os subúrbios são as áreas urbanas que oferecem maiores oportunidades às cidades que desejem implementar uma alternativa de desenvolvimento urbano, que se estende através do seu território e não está limitada ao centro histórico. Portanto, é importante intervir em bairros habitacionais, áreas industriais, lotes baldios e alargar a valorização do espaço público às zonas periféricas. Por outras palavras, há uma oportunidade para intervir fisicamente em espaços abertos, que se reflete na construção de um espaço público de utilização como palco para atividades humanas, circulação, lazer, comunidade, cultura ou intercâmbio.

Uma regeneração urbana inclusiva tem como objetivo promover um espaço público inclusivo situado no centro do desafio de *fazer e viver* a cidade como um sistema aberto, no qual diversos valores, culturas, religiões e etnias convergem. Este caráter aberto e democrático necessita de ser apoiado pelo compromisso de diferentes

Criar um espaço público inclusivo através de Corredores Saudáveis



Transmediale Summer Camp na Floresta x Artsformation (2021)

Xocriar soluções baseadas na natureza com cidadãos de bairros habitacionais modernos, para ativar um corredor saudável

atores para lá dos “sujeitos do costume”, para promover um processo de decisão horizontal, no qual todas as vozes são ouvidas e têm o mesmo espaço. Então, a regeneração urbana inclusiva tem como meta alcançar um modelo de cogovernança.

Neste sentido, o conceito de corredor saudável e o projeto de estratégia podem encontrar as respostas e as soluções, nomeadamente as *Nature-Based Solutions* (NBS), numa multiplicidade de atores e questões, ao invés de simplesmente em regulações e outras formas abstratas de administração ou gestão territorial. O planeador ou designer deve desenvolver mecanismos que criem regeneração urbana feita “por e com as pessoas”, com mecanismos de participação efetivos – partilha e troca de poder, conhecimento e experiência.

O projeto URBiNAT (Urban Inclusive and Innovative Nature) está a cocriar soluções baseadas na natureza com cidadãos de bairros habitacionais modernos, para ativar um corredor saudável. O URBiNAT é um projeto europeu de pesquisa e ação que junta 28 parceiros académicos (universidades e centros de pesquisa), municípios locais, empresas e associações. O URBiNAT tem como objetivo desenvolver um processo inclusivo de regeneração urbana, para transformar o espaço público de bairros habitacionais modernos e sociais construídos no período pós-guerra (1950-1970) nas cidades do Porto, Nantes, Sofia, Hoje Taastrup, Bruxelas, Siena, Nova Gorica e Khorramabad.

O planeamento moderno de bairros habitacionais sociais gerou um território de exclusão, primeiramente devido ao “efeito

ilha” dos complexos habitacionais planeados sem uma ligação eficiente à linha urbana da cidade e, em segundo lugar, devido à marginalização de grupos sociais com baixos rendimentos, altas taxas de desemprego, que vivem em bairros com alta criminalidade e consumo de droga.

O corredor saudável está a abordar estes desafios de maneiras diferentes, em linha com os contextos urbanos locais e contextos sociais e a cultura participativa local. Os processos participativos devem ser flexíveis e interativos, de modo a serem adaptáveis a diferentes cidades e bairros. Com base em metodologias de cocriação e ferramentas, cada cidade desenhóu um processo participativo para ativar quatro estágios principais: *codiagnóstico*, *codesign*, *coimplementação* e *coavaliação*. Num primeiro momento, os cidadãos e as partes interessadas são convidados a participar, identificando as necessidades, as perceções e os sonhos do seu território. Num segundo momento, o processo colaborativo de design desenvolve ideias e propostas para integrar a estratégia do corredor saudável e o plano urbano. No terceiro momento, a coimplementação do corredor saudável é dividida na construção do projeto urbano e no desenvolvimento da NBS, que necessitam do compromisso da comunidade. Finalmente, os estágios de comonitoração e coavaliação recolhem dados para analisar o sucesso do corredor saudável em termos de envolvimento por parte dos cidadãos e satisfação.

Por um lado, os investigadores estão a repensar as suas metodologias arquitetónicas e de design urbano, para introduzir o diálogo com diferentes atores como uma ferramenta de design, desenvolvendo formas de pensamento crítico não tradicionais de ação e de encontro de soluções, nomeadamente as baseadas na natureza. Por outro lado, os cidadãos e as partes locais interessadas estão a ativar laboratórios vivos para cocriar soluções que abordam as suas necessidades e sonhos, de forma a alcançar um espaço público mais inclusivo e sustentável.



Gonçalo Canto Moniz participa no evento Cidade verde utópica - Jardins locais, mudanças globais no dia 22 de Abril, pelas 21.30, na Universidade do Porto.

Declaração Climática de Palermo: Prevenção de Catástrofes Climáticas

Citizens Take Over Europe

A Citizens Take Over Europe é um grupo de mais de 50 organizações da sociedade civil, cidadãos e residentes de toda a Europa, unidos num esforço comum para promover uma democracia europeia virada para o futuro e centrada nos cidadãos.

Agora, no âmbito do Transeuropa Festival, iremos realizar a segunda Assembleia Transnacional de Solidariedade (Assembleia Transnacional sobre Justiça-eco-social), com o objetivo de construir uma visão comum para a defesa dos direitos fundamentais.

Nós, a Assembleia Transnacional de Palermo - somos um grupo de pessoas que se reúnem após 20 assembleias locais em todos os cantos da Europa - reconhecemos o crescente impacto que as alterações climáticas têm nas nossas vidas e na biodiversidade do nosso planeta.

As Assembleias de Solidariedade é um projeto liderado por cidadãos com o objetivo de unir pessoas desproporcionalmente afetadas pelas consequências do Covid-19. Este projeto deriva da crença de que a democracia europeia deve basear-se em formatos de envolvimento inovadores, promovendo relações e diálogo entre residentes e cidadãos europeus, através da sua capacidade de dar contributos e testemunhos úteis que ajudem os decisores europeus a desenvolver políticas mais informadas.

No total, foram realizadas 20 Assembleias de Solidariedade locais, por e para os cidadãos, em nada menos do que dez países diferentes, para sensibilizar os cidadãos para estas três questões-chave:

Democracia e direitos fundamentais

Bem-estar e saúde

Ambiente e alterações climáticas

Depois de recolher ideias e exigências nessas 20 assembleias locais, os cidadãos reuniram-se para uma primeira Assembleia

Transnacional em Outubro de 2021 para construir a Declaração Climática de Palermo, que estabelece as prioridades para evitar uma catástrofe climática a nível europeu e global, porque a natureza não conhece fronteiras.

Viver num planeta seguro e saudável é um direito fundamental para todos e para as gerações futuras. Com base na incapacidade de incluir e proteger os grupos marginalizados e os jovens das consequências climáticas, há a necessidade de reconstruir a democracia a fim de colocar no centro o poder cidadão de todos os seres humanos, trabalhadores e comunidades da linha da frente.

Precisamos urgentemente reduzir as emissões de gases do efeito estufa drasticamente, investir no desenvolvimento de novas tecnologias e infra-estruturas públicas verdes, preservar os recursos limitados que temos e reconhecer o ecocídio como um crime contra a humanidade e a natureza. As políticas devem ter em conta a justiça social e os direitos da natureza, ser implementadas de forma urgente e alcançarem objetivos eficazes.

Portanto, os seguintes princípios devem orientar-nos para soluções:

1. Grupos marginalizados, trabalhadores e jovens devem ser incluídos no desenvolvimento de políticas climáticas de uma forma significativa e eficaz.
2. Feminismo, antirracismo e anti-discriminação são princípios centrais de qualquer política climática.
3. As pessoas e a natureza não devem ser tratadas como recursos a serem extraídos: o nosso povo e o planeta devem ter prioridade antes do lucro e da poluição.
4. Ninguém deve ser deixado para trás na transformação ecológica e todos devem ter uma voz política na mesma. Não há justiça climática sem justiça social.
5. Democracia, transparência, responsabilização e responsabilidade devem ser as forças

motrizes por detrás da revolução do nosso sistema económico extrativo e explorador.

6. Deve ser dada aos cidadãos uma propriedade juridicamente vinculativa sobre os processos de tomada de decisão através de assembleias de cidadãos e democracia direta: só o povo pode liderar as mudanças rápidas e drásticas que são necessárias nas nossas práticas poluidoras.

7. O poluidor deve pagar pela poluição de uma forma que assegure rapidamente a transformação do nosso sistema económico de indústrias poluidoras em justiça social e ecológica e sustentabilidade.

8. A carga fiscal nas nossas sociedades deve ser transferida da tributação do trabalho para a tributação das indústrias que esgotam os recursos naturais.

9. A economia circular deve tornar-se universal e o desperdício deve ser reduzido ao mínimo. A reutilização, a redução e a reciclagem têm de ser a norma.

10. A sensibilização e a educação política sobre questões climáticas e de processos democráticos é um pré-requisito para alterar o status quo. A aprendizagem sobre o respeito do planeta deve fazer parte da educação obrigatória nas escolas.

11. A abordagem das alterações climáticas exige respostas políticas imediatas e não pode ser deixada apenas à responsabilidade individual. Os tratados climáticos devem ser vinculativos e os países que não respeitem os seus compromissos devem enfrentar sanções.

12. A energia, como um bem comum de propriedade pública, deve ser assegurada para alcançar uma transição globalmente justa e sustentável.

13. A água e o ar são bens comuns da humanidade que não devem ser privatizados e devem ser legalmente protegidos.

14. Respeitar o conhecimento das comunidades que sabem como restaurar a terra, revitalizar a natureza e produzir

“
As pessoas e os cidadãos devem agora assumir a liderança política e construir um mundo melhor

alimentos de uma forma sustentável.

15. Investir em ciência, investigação e tecnologia para compreender, prevenir e enfrentar as alterações climáticas e os seus efeitos, e basear todas as políticas no consenso científico.

16. O asilo climático deve ser reconhecido e todos devem ter o direito de escolher o seu local de residência.

17. A Europa tem uma responsabilidade histórica pelo aquecimento global através da industrialização, da destruição ecológica e humana através do capitalismo e do colonialismo. A Europa deve mostrar liderança global ao mesmo tempo que promove a cooperação com outras partes do mundo, reconhecer as suas falhas históricas e assegurar reparações.

Todos sabemos que evitar uma catástrofe climática exige uma ação urgente: as pessoas e os cidadãos devem agora assumir a liderança política e construir um mundo melhor, através dos instrumentos atualmente disponíveis e novos instrumentos de democracia participativa e directa - por, com e para o povo!

A Conferência sobre o Futuro da Europa deve assegurar que a UE atue de acordo com estes princípios e traçar um novo rumo em direção a um planeta democrático, justo e sustentável.



Sábado 23 Abril

Parte 1: O que podemos aprender com as assembleias cidadãs locais? (14h - 18.30h)

—

Domingo 24 Abril

Parte 2: Construção da Declaração do Porto sobre os Direitos Fundamentais (9h - 11h)

Parte 3: Deliberação, votação e lançamento da Declaração do Porto sobre os Direitos Fundamentais (11h - 13h)